



Universidade Federal de Pelotas

**AS JARRAS DE BARRO DA CASA: GÊNERO, RAÇA E CLASSE NO
CASARÃO OITOCENTISTA EM PELOTAS/RS**

Trabalho de conclusão de curso em Antropologia com linha de formação em Arqueologia

Aluna: Julia Maria Goliva Dias

Orientação: Cláudio Baptista Carle

Pelotas, 2017

Julia Maria Goliva Dias

**AS JARRAS DE BARRO DA CASA: GÊNERO, RAÇA E CLASSE NO
CASARÃO OITOCENTISTA EM PELOTAS/RS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Antropologia com linha de formação em arqueologia, da Universidade Federal de Pelotas como pré-requisito para obtenção do título de bacharel.

Pelotas

2017

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas.
Catalogação na Publicação

D541j Dias, Julia Maria Goliva As jarras de barro da casa : gênero, raça e classe no Casarão Oitocentista em Pelotas/RS / Julia Maria Goliva Dias; Cláudio Baptista Carle, orientador. — Pelotas, 2017.89 f. : il.Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Antropologia - Antropologia Social e Cultural ou Arqueologia) — Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2017.

1. Arqueologia histórica. 2. Feminismo negro. 3. Cerâmica histórica.
4. Interseccionalidade. 5. Século xix. I.Carle, Cláudio Baptista, orient.

II. Título.CDD : 930.1

Elaborada por Simone Godinho Maisonave CRB: 10/1733

Para Solange (in memoriam)

Quando tinha sete anos conheci uma menina chamada Solange. Solange e eu estudávamos na mesma turma, morávamos na mesma rua, tínhamos quase a mesma idade, mas éramos diferentes.

Durante a minha infância estudei em uma escola municipal, ao lado da minha casa. Esta escola, assim como outras da cidade, tinha o habito de dividir as crianças que vinham de famílias com mais condições financeiras em turmas mais restritas do período da tarde, enquanto crianças de famílias pobres estudavam pela manhã, ou eram colocadas em turmas superlotadas do outro período.

Solange foi uma exceção na turma da segunda série daquele ano. Uma menina negra e pobre, que vivia em uma casa de passagem. Em todos os meus curtos sete anos de vida, foi quando conheci Solange que tive meu primeiro entendimento de injustiça. À Solange não era permitido faltar aula, mesmo quando doente. Solange, não tinha roupas de frio no inverno, também não tinha lanche à tarde. Solange dividia uma cama de casal com outras três meninas em uma casa velha, supervisionada por pessoas que roubavam as doações enviadas às crianças. Na escola, Solange era alvo de piadas cruéis de crianças brancas, maldosas e alienadas, poucas delas, hoje, podem não ser mais maldosas, ou alienadas, mas com toda certeza continuam brancas. E assim como a cor da nossa pele não pode ser apagada, o passado também não.

Quando lembro de Solange, a única imagem que me vem a memória é a de seu sorriso, ela me disse uma vez que já tinha sido pior. Sua vida de oito ou nove anos, já tinha sido pior.

Não nascemos iguais, quando viemos a existir, já somos cartas marcadas em um mundo perverso, mas isso não nos exonera da culpa de mantê-lo assim.

Agradecimentos:

Antes de mais nada, tenho o dever de agradecer minha grande mãe Oxum Docô, que meu ori esteja sempre coberto pelo seu manto, que nunca me falte seu amor, direcionamento e proteção. Ora ieie ô

Agradeço à Universidade Federal de Pelotas, pelos anos de aprendizado dentro desta instituição. Agradeço ao programa de bolsas PIBIP da UFPel, por possibilitar a realização desta pesquisa.

Agradeço à professora Dr^a. Loredana Ribeiro, pelo intenso aprendizado e transformação pessoal e profissional, os quais só foram possíveis através de sua orientação. Neste sentido também agradeço ao professor Dr. Cláudio Carle, pelo empenho, aceitação, e confiança sempre demonstrados durante sua orientação para finalização deste trabalho.

Agradeço a oportunidade de trabalhar com a equipe do laboratório de ensino e pesquisa em antropologia e arqueologia da UFPel. Muito obrigada pela colaboração e suporte. Em especial, agradeço à Ms.^a Luciana Peixoto, e ao professor Dr. Rafael Milheira, pela amizade e incentivo.

Obrigada a todos os colegas que colaboraram para a realização deste trabalho, em especial a Tainá Melo, que generosamente contribuiu com parte das discussões sobre feminismo negro através de nosso trabalho de finalização da cadeira de estudos de gênero e teoria feminista, e a Bruno Ribeiro pela ajuda durante o início da realização das análises cerâmicas.

Sou grata a meus pais, Giovana e Francisco, por sempre me apoiarem, em todos os sentidos, independente das circunstâncias. Agradeço minha mãe, em particular, por ter

me nutrido em uma esfera de amor e cooperação, a qual, infelizmente, contrasta com o mundo que encontrei fora de casa.

À Tatieli Silveira, minha imbatível namorada, muito obrigada por ser a mais fanática partidária, torcedora e aliada que alguém poderia ter.

Agradeço à Yálorixa Cláudia de Iemanjá, e a toda a família religiosa do axé Omy Nanã, que já, por algum tempo, aguardam este trabalho.

Muito obrigada às amigas, Amanda da Luz, Natálie Dummer, Kamilla Boesche e Laís Rodrigues, por compartilharem comigo esta caminhada.

DIAS, Julia M. G; As jarras de barro da casa: gênero, raça e classe no casarão oitocentista em Pelotas/RS. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em antropologia com linha de formação em arqueologia); Instituto de ciências humanas (ICH), Universidade Federal de Pelotas, 2017.

Resumo:

O presente trabalho tem função de fomentar uma discussão teórico-metodológica baseada no conceito de interseccionalidade, o qual fora desenvolvido por feministas negras engajadas na luta social antirracista/anti-patriarcalista. Ao aplicar este conceito em metodologias arqueológicas e historiográficas, este trabalho tem o fim de desabonar discursos tradicionais elitistas existentes na cidade de Pelotas. Para isto, foram desenvolvidas análises de cerâmicas históricas, presentes em um dos mais antigos casarões da cidade, das quais, se destacam as jarras exumadas do local. Apresentando vestígios que contrastam com sua função primária, as jarras de barro da casa, revelam um contexto de opressão e violência colonial presentes segunda metade do século XIX.

Palavras-chave:

Feminismo negro, século XIX, cerâmicas históricas, interseccionalidade

Abstract:

The present work has the function of promoting a theoretical-methodological discussion based on the concept of intersectionality, which was developed by black feminists engaged in the anti-racist / anti-patriarcalist social struggle. Applying this concept to archaeological and historiographic methodologies, this work wants to dismantle traditional discourses in the city of Pelotas. For this, analyzes of simple historical ceramics were developed in one of the oldest mansions of the city, of which, the exhumed jars stand out. Featuring vestiges that contrast with its primary function, the earthen jars of the house reveal a context of oppression and colonial violence present in the second half of the nineteenth century.

Key-words:

Black feminism, eighteenth-century, historical ceramics, intersectionality

Lista de figuras

Figura 01- Mapa de Pelotas, 1882, NEAB/FAURB, acesso em 2013. Ponto central da cidade em destaque	34
Figura 02- Casa 02 no ano de 2002 durante a realização do projeto monumental. Fonte: Acervo LEPAArq, Autoria: não informada.....	50
Figura 03- Mapa de escavação do casarão 02, apresentando as divisões por quadras.....	51
Figura 04- Foto mostra a parte reservada ao jardim do casarão 02, no canto oeste do pátio interno, no qual foram abertas as quadrículas 3.15, ao fundo no canto direito superior da imagem, a quadrícula 4.11, ainda não aberta, e a quadrícula 8.12 no canto esquerdo inferior da imagem. Fonte: LEPAArq UFPel; Autor não informado.....	52
Figura 05- estrutura de forno evidenciada nas escavações da casa 02. Fonte: Arquivos do LEPAArq.....	53
Figura 06- desenho do perfil estratigráfico da quadrícula 8.12, face norte, do sítio PSGPe – Casarão 02; Autoria: Cláudio Carle. 2003.....	56
Figura 07- peça apresentando queima reduzida.....	60
Figura 08- peça apresentando queima oxidada.....	60
Figura 09- Peça (vaso), apresentando mais de uma cor de pasta, Bege (lado esquerdo), laranja (lado direito).....	61
Figura 10- Peça apresentando alisamento fino como tratamento de superfície externa.....	62
Figura 11- Peça (quartinha) apresentando alisamento médio.....	63
Figura 12 – Projeções de borda de bordas de peças identificadas como painéis de cerâmica referentes ao casarão 02.....	66

Figura 13- Desenho à mão livre, fragmentos remontados de panela provenientes da casa 02.....	66
Figura 14- Desenho à mão livre, fragmentos remontados de panela provenientes da casa 02.....	66
Figura 15- Desenho à mão livre, fragmentos remontados de panela provenientes da casa 02.....	67
Figura 16- Desenho à mão livre, fragmentos remontados de panela provenientes da casa 02.....	67
Figura 17- Projeções de borda de peças identificadas como bacias de cerâmica referentes ao casarão 02.....	68
Figura 18- Desenho à mão livre, fragmento de bacia provenientes da casa 02.....	68
Figura 19- Projeção de forma: Jarras.....	69
Figura 20- Projeção de borda, corpo e fundo: Tigela.....	69
Figura 21- Projeção de forma de xícaras encontradas no casarão 02.....	70
Figura 22- Projeções de forma de quartinhas encontradas no casarão 02.....	70
Figura 23- Projeção de forma de caneca encontrada no casarão 02.....	71
Figura 24- Caneca encontrada no casarão 02. peça nº 18.128.6590.....	71
Figura 25- Projeção de borda de fôrmas encontradas no casarão 02.....	72
Figura 26- Fôrma encontrada no casarão 02, peça Nº 18.151.6121.....	72
Figura 27- fundo de jarra, peça nº 18.128.4512.....	75
Figura 28- fundo de jarra peça nº 18.137.6028.....	75

Lista de gráficos

Gráfico 01- dispersão vertical e quantificação de peças cerâmicas por níveis de 10 cm. Outros: Cerâmicas coletadas sem informação de nível	57
Gráfico 02- apresenta as quadras com maior incidência de materiais, quadras que apresentam menos de 5 peças foram excluídas do gráfico	58
Gráfico 03- quantificação de peças em relação as formas cerâmicas encontradas no casarão 02. NI: formas não identificadas.....	64

Lista de Tabelas

Tabela 01 - incidência de peças no nível 4 em quadras específicas.....	57
Tabela 02 - tipo de acabamento e quantificação das peças em relação à variabilidade dos diâmetros das peças.....	62
Tabela 03 - acabamento de superfície interna e quantificação de peças em relação aos diâmetros.....	64
Tabela 04 - quantificação de peças maiores de 25 cm em relação a distribuição de níveis estratigráficos nas quais foram encontradas.....	73
Tabela 05 - quantificação de peças com acúmulo de Cal pré-deposicional em relação ao nível.....	74

Sumário

Resumo.....	07
Lista de figuras.....	09
Lista de gráficos.....	11
Lista de tabelas.....	12
Introdução.....	14
Feminismo de mulheres negras e suas contribuições teóricas.....	16
<i>Arqueologia de gênero ou feminista.....</i>	<i>22</i>
<i>Conceitos feministas na interpretação arqueológica.....</i>	<i>25</i>
A Pelotas oitocentista e seu ‘não-passado’.....	31
<i>Uma questão de gênero, raça ou classe? O racismo, os padrões burgueses de feminilidade e a resistência da mulher negra.....</i>	<i>38</i>
As jarras de barro da casa: gênero, classe e raça no casarão oitocentista.....	45
<i>Cerâmicas regionais brasileiras.....</i>	<i>45</i>
<i>A formação do registro arqueológico da casa 02.....</i>	<i>49</i>
<i>Características gerais das cerâmicas.....</i>	<i>59</i>
<i>Uma hipótese: vestígios da violência colonial.....</i>	<i>74</i>
Considerações finais	79
Referências bibliográficas.....	81
<i>Fontes primárias.....</i>	<i>88</i>

INTRODUÇÃO

A Pelotas oitocentista, como outras cidades do Brasil, sempre foi vista pela historiografia tradicional como palco de grandes famílias da elite. Famílias lideradas por homens, mais especificamente, homens brancos e ricos, com grande influência, e poder, os grandes barões do charque; cujos nomes hoje nominam ruas, avenidas, galerias, museus, escolas, estabelecimentos, instituições e outros locais da cidade. A presença das mulheres nessas histórias, sempre é subalterna ou ligada a figuras masculinas. As mulheres, quando aparecem na história oficial, também são brancas, pertencem a grandes famílias da elite. São esposas, filhas, sobrinhas; baronesas, sofisticadas, viajadas e bem vestidas. A cidade oficial entoava o hino de um passado homogêneo, supostamente universal, mas que nega experiências particulares de outros grupos à parte da elite. Este silêncio sobre outras mulheres, principalmente de outras origens, como as africanas e descendentes, nos leva a questionar: Onde estão as mulheres negras na história da cidade? Considerando que sua história não parece estar escrita nos textos oficiais cabe então o estudo de sua cultura material para identificá-las.

O contexto de estudo ora apresentado envolve uma busca de inserção no espaço negligenciado pela historiografia e pela própria arqueologia. O objetivo do estudo é iniciar uma reflexão teórico-metodológica sobre os limites e potencialidades das teorias e conceitos feministas nas práticas e análises arqueológicas, dando ênfase às contribuições teóricas do feminismo de mulheres negras e seu potencial de estudo de diversidade e desigualdade. Neste sentido reflexivamente nos debruçamos sobre o contexto arqueológico da Pelotas oitocentista.

A partir da contextualização histórica da cidade de Pelotas no século XIX, discutimos o esquecimento da cidade em relação a partes sociais desprovidas de poder.

Percebemos a resistência da mulher negra frente as violências sociais e padronizações da feminilidade. Em um terceiro momento, apresentamos uma breve revisão bibliográfica sobre estudos de cerâmicas regionais no Brasil. Discutimos sobre suas características tecno-funcionais focadas em peças cerâmicas, como vasilhames domésticos de baixo custo e intensamente aproveitados, utilizadas para identificar hábitos e contextos de uso.

Desta forma, partindo do diálogo entre dados arqueológicos e teorias feministas, este trabalho apresenta a instrumentalidade do conceito de interseccionalidade na análise de contextos arqueológicos específicos. É possível com a ajuda dessas teorias uma análise mais profunda sobre políticas colonizadoras imperialistas que moldaram a atualidade através da escravidão, do racismo e do sexismo.

FEMINISMO DE MULHERES NEGRAS E SUAS CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS

Ângela Davis, bell hooks*, e Audre Lorde, são as vozes precursoras da autocrítica feminista que começou a se pronunciar a partir da década de 60. Elas são os principais exemplos de feministas negras, teóricas e ativistas, que cresceram em meio a segregação racial dos Estados Unidos da América. Uma Segregação institucionalizada, que continuou após a abolição do trabalho escravo no país, até mais da metade do século XX. (Davis, 2004; hooks, 1990).

Bell hooks, seguindo o legado de Sojourner Truth, narra a perspectiva de mulheres negras do século XIX nos Estados Unidos, as quais estavam completamente conscientes da sua condição social, esta, que as deixava vivendo um impasse de legitimidade, eram elas negras ou não? Eram elas mulheres ou não? Não era a abolição que lhes traria liberdade. Com o fim da Guerra Civil, e concomitantemente o “fim” do trabalho escravo, os movimentos por igualdade racial entravam em pauta, assim como o movimento por direito das mulheres. “Existiu um momento em que, nos Estados Unidos da América, o sexismo superou o racismo...”(hooks,1990).

Joan Scott (2005), quando escreve “O enigma da igualdade”, mostra o paradoxo das ações afirmativas, paradoxo este, que foi vivido (e ainda é) pelas mulheres negras americanas. Para se lutar por um direito perante o Estado, é necessário que um grupo se mostre homogêneo, criando uma identidade dura e inflexível, foi assim que as mulheres negras foram apagadas das lutas por direitos raciais nos Estados Unidos. Uma ação de afirmação nega experiências particulares, como as das mulheres negras, que diferiam muito das experiências dos homens negros.

**bell hooks é o pseudônimo da autora Gloria Jean Watkins, escrito em letras minúsculas, o pseudônimo é uma homenagem à avó da autora, chamada Bell Blair Hooks.*

Segundo bell hooks (1990) isso se tornou evidente quando homens negros ganharam o suporte de homens brancos na luta pelo direito ao voto. A ação dos homens brancos, neste caso, gerou revolta dentro do movimento de luta pelos direitos das mulheres, principalmente por parte das ativistas brancas, que acabou por gerar um antagonismo entre as mulheres (brancas e negras) e os homens negros, e conseqüentemente o afastamento das mulheres negras. Hooks (1990) diz que, ao apoiar a causa das mulheres, as mulheres negras estariam endossando um discurso racista, e ao apoiarem homens negros elas estariam reiterando uma ordem social patriarcal que as calava.

Enquanto os homens negros progrediam cada vez mais nas esferas sociais dos Estados Unidos, as mulheres negras eram educadas para tomarem papéis mais submissos. Nos anos 20, com o final da guerra, os esforços das mulheres na luta por direitos perdeu fervor. As mulheres negras entraram na força de trabalho, junto com os homens negros, elas estavam lutando pela sobrevivência diária, por necessidades básicas, lutavam para ter o que dar de comer aos filhos e, a si mesmas, assim o empenho contra o sexismo teve de esperar. Hooks (1990) fala que ativistas negros nunca estiveram preocupados em rejeitar os valores culturais ocidentais, e conseqüentemente não questionaram o sistema patriarcal. O que primeiramente tinha sido um movimento para libertação de todos os negros, homens e mulheres, tomou como foco primordial a instauração do sistema patriarcal do homem negro. Para hooks, isso fica evidenciado quando os líderes mais venerados dentro do movimento pelo direito dos negros da metade do século passado eram somente homens.

As mulheres negras são as mais afetadas pela opressão machista, são aquelas que mais sofrem das diversas violências, sejam mentais, físicas e espirituais, na quais o sistema capitalista patriarcal está pautado. “As mulheres brancas podem ser vitimizadas

pelo sexismo, mas o racismo lhes permite atuar como exploradoras e opressoras de pessoas negras.” (hooks, 2004, p. 27)

Ângela Davis (2004) discute em *Mulher, classe e raça*, como a mulher negra escravizada era retratada, assim como sua relação com o movimento feminista, rememorando o contexto feminista norte-americano da década de 50 e 60 que reclamava a excessiva feminilidade construída acerca da imagem da mulher, atrelada ao papel da dona de casa. A crítica de Davis atinge diretamente a categoria universal do que é visto como o “ser mulher”, resgatando a identidade das mulheres negras escravas. Estas mulheres nunca precisaram reivindicar espaço no mercado de trabalho, pois o trabalho sempre fora sua realidade.

“As mulheres eram olhadas não menos que os homens, eram vistas como unidades rentáveis de trabalho, elas não tinham distinção de gênero na medida das preocupações dos donos de escravos. Na opinião de um historiador “as mulheres escravas eram primeiro trabalhadoras a tempo inteiro para o seu dono e depois apenas incidentalmente uma esposa, uma mãe, uma dona de casa”. Tendo em conta que no século XIX a ideologia de feminilidade enfatizava os papéis de mães cuidadoras, companheiras dóceis e donas de casas para os seus maridos, as mulheres negras eram praticamente uma anomalia.”(Davis; 2004, p.10)

Davis, evidencia que as mulheres negras sofreram de formas distintas durante o período de escravidão, pois quando atendia aos interesses econômicos dos senhores eram exploradas como os homens, mas também eram vítimas de abuso sexual, romanceados por uma literatura do conto da miscigenação, onde pareciam ter satisfação nas relações de abuso que viviam.

A literatura silenciou em muitos momentos essas mulheres, que foram vistas como instrumento reprodutor, e de força de trabalho, pelos seus “donos”. A maternidade questionada pelas feministas brancas de classe média, não se aplicava às escravas. A

divisão do trabalho doméstico reclamado pelas mulheres brancas quando pensado no contexto das mulheres negras, não era hierarquizado, pois era no trabalho doméstico o espaço onde as famílias negras maltratadas pela escravidão desenvolviam seus laços de afabilidade e viviam sua humanidade. Nessa perspectiva, se torna evidente as razões pelas quais esse “feminismo tradicional” não representa as mulheres negras as quais herdaram um legado histórico de luta e trabalho, que como bem retratado por Davis, foram:

“Exigidas pelos seus donos a serem “masculinas” na performance do seu trabalho como se fossem homens, as mulheres negras devem ter sido profundamente afetadas pelas suas experiências durante a escravatura. Algumas, sem dúvida, foram quebradas e destruídas, no entanto a maioria sobreviveu e, no processo, adquiriu qualidades consideradas tabus pela ideologia do século XIX sobre a natureza feminina.” (Davis, 2004, p. 16)

Segundo bell hooks (1990) o feminismo branco da década de 60 apresentava um recorte muito específico em seu discurso. Este, era voltado para mulheres brancas, casadas, de classe média alta, universitárias, que estavam entediadas com suas vidas e, buscavam um horizonte no mesmo mundo profissional dos homens brancos. O que revela outra questão interessante, não seria qualquer profissão que uma mulher deste recorte estaria disposta a exercer. Hooks (1990) usa como exemplo o trabalho de Friedan, neste a autora ignorava completamente a existência de mães solteiras, mulheres brancas pobres, mulheres sozinhas e sem lar, mulheres negras, também não fazia referência a quem iria ocupar o lugar dessas mulheres nos cuidados domésticos quando estas deixassem seus lares. bell hooks, aponta que Friedan partiu do pressuposto de que todas as mulheres, sem importar etnia, classe, sexualidade, etc, passariam pelas mesmas experiências. A visão unidimensional do texto de Friedan, foi a abertura dos estudos feministas da segunda onda, que em sua abundância apresentavam falas racistas, ignoravam a existência de mulheres em outras condições de vida.

Audre Lorde (1983), em *The Master's Tools Will Never Dismantle the Masters House*, afirma que não examinar as experiências e falas de diferentes mulheres, sejam mulheres pobres, negras, lésbicas, imigrantes, etc; é uma arrogância acadêmica particular que enfraquece o debate feminista em um nível pessoal e político. A autora diz que é na diferença que o poder é forjado, e mulheres foram ensinadas a ignorar suas diferenças, ou vê-las como uma forma de separação.

De acordo com Audre Lorde (1983), quando Friedan cria uma massa ideal indivisível que representaria a todas as mulheres, ela não somente ignora diferenças, como também reitera o poder da supremacia branca, utilizando os mesmos métodos e estratégias criadas pela dominação patriarcal. A falha da segunda onda feminista é não reconhecer a diferença como uma parte crucial para se transcender os métodos patriarcais. “Em nosso mundo dividir e conquistar deve se tornar unir-se e empoderar-se”. (Lorde; 1983, p.112)

Lorde (1983) ao problematizar a centralidade das discussões de gênero a partir da experiência da mulher branca de classe média, busca estabelecer um espaço dentro do movimento que contemple considerações relacionadas a subjetividade de raça, mas aponta também a necessidade de discutir a questão de gênero junto às outras formas de opressão, pois segundo Lorde (1983):

O que nos separa não são as nossas diferenças, e sim a resistência em reconhecer essas diferenças e enfrentar as distorções que resultam de ignorá-las e mal interpretá-las. Quando nos definimos, quando eu defino a mim mesma, quando defino o espaço onde eu sou com você e o espaço onde não sou, não estou negando o contato entre nós, nem estou te excluindo do contato – estou ampliando nosso espaço de contato. (p. 2)

Mulheres negras sempre enfrentaram problemas epistemológicos complexos sobre hierarquia, com a ressonância da escravidão, do imperialismo, colonialismo, neocolonialismo, da pobreza, racismo além de questões como machismo e homofobia.

Davis, hooks e Lorde ao trazerem as particularidades da experiência identitária de ser uma mulher negra em uma época de tensão social, mostram que para elas, estudar gênero e sexismo não é suficiente, questões como raça, classe, idade, orientação sexual, etnicidade, e até mesmo saúde, devem ser levadas em consideração contextualmente, assim são capazes de assinalar sistemas de opressão e também desvendar situações de discriminação. (Lozano,2009).

O feminismo negro mostrou que nem todas as mulheres são iguais, nem todas sofrem os mesmos preconceitos, nem todas tem acesso aos mesmos privilégios, nem todas compartilham dos mesmos eixos de opressão. Antes das teóricas do feminismo negro, nenhum outro estudioso ou estudiosa do campo social levou a sério a possibilidade dessa ligação entre raça, gênero e classe. (Carastathis; 2014).

Sendo assim, as diversas formas de opressão, são apenas engrenagens de uma gigante estrutura de dominação que se mantém através de relações, métodos, práticas, que justificam e perpetuam o subjugo histórico-social de diferentes grupos, principalmente de mulheres negras. É nesse sentido que a prática científica é um dos muitos instrumentos que contribuem para perpetuação de disparidades sociais. A antropologia e seus diversos campos de atuação, como a arqueologia, por exemplo, muito foi utilizada por nações imperialistas na disseminação de ideias baseadas no evolucionismo cultural. Ideias e ideais que até hoje ressoam dentro das práticas arqueológicas, mesmo estas tendo tomado diferentes focos, quando, no pós-processualismo, emergiram os estudos de gênero (Franklin,2001).

Arqueologia de gênero ou feminista?

Durante os anos 80 com as mudanças sofridas dentro dos campos de estudo das humanidades através da autocrítica científica, e da penetração dos movimentos feministas na academia, um novo campo de pesquisa surgiu, a “arqueologia de gênero”.

Esse movimento amplo preocupava-se de forma inicial em trazer novos discursos sobre diferenças como raça, etnicidade, classe, sexualidade, assim tendo como objetivo, quebrar com a visão androcêntrica homogeneizante do passado e dar visibilidade às mulheres. Desde então gênero se tornou um tema recorrente em diversos trabalhos, porém a maioria destes, buscou se afastar de sua gênese feminista, afirmando que a prática científica é neutra de posicionamento político (Engelstad;2007; Wylie;2007; Scott,2005). Essa dissociação entre feminismo e o campo da arqueologia de gênero é uma característica normativa dos estudos arqueológicos, que afirmavam que para se obter uma maior objetividade e “neutralidade” científica não poderiam haver as predisposições políticas trazidas pelo termo feminismo.

A resistência masculinista/positivista do campo arqueológico fundou uma profunda ambivalência entre o feminismo acadêmico e o feminismo ativista tentando negar que em perspectiva política, a ciência é uma negociação de poder, provida por relações sociais que em diferentes níveis afetam interesses pessoais, de grupos ou nacionais (Haraway, 1995; Wylie, 2007).

Ao reconhecermos que toda a produção de conhecimento é situacional, dependente da situação política, tanto acadêmica quanto local, vemos que a objetividade do feminismo se encontra na importância do entendimento do contexto de produção do conhecimento, reconhecendo assim que a construção de uma narrativa sobre o passado nunca é uma imagem completa e sim pequenos pedaços de evidência compreendidos e

assimilados pela ciência (Engelstad 2007, Haraway, 1995). Dessa forma, para entender a relação entre a arqueologia e o feminismo precisamos analisar os métodos, metodologias e interpretações da cultura material utilizados pela disciplina.

A relação entre arqueologia de gênero e o feminismo se encontra dentro de vários campos de interesse. Partindo desde o trabalho da mulher na profissão de arqueóloga, com incentivo à produção de estudos de mulheres feitos por mulheres, descobrindo novas metodologias para estudar mulheres, reescrevendo o papel da mulher na história, e desenvolvendo a teoria feminista em reflexão com as relações de gênero no passado. O esforço feminista dentro da arqueologia busca desconstruir papéis sociais historicamente produzidos como atemporais e biologicamente determinados, acabando com o binarismo do poder/público=Masculino x domestico/privado=Feminino (Engelstad, 2007).

Em termos discursivos existe a predominância de uma única perspectiva que fala de modo geral na produção do conhecimento arqueológico. É claramente perceptível a hegemonia de autores anglo-americanos na produção e manutenção deste senso comum, dentro do campo da arqueologia, e, em um discurso teórico, ao afastar o feminismo da arqueologia de gênero, colocando gênero apenas como uma categoria analítica e não política, ocorre um ‘desempoderamento’ da arqueologia de gênero, tornando-a mais um recurso neutro e irrelevante para essa arqueologia do senso comum (Engelstad, 2007).

Na perspectiva norte-americana a arqueologia é considerada um dos quatro campos de ação da antropologia, sendo assim, a antropologia é a matéria que visa entender a experiência humana em uma totalidade. Contudo o trabalho de campo antropológico tem diferentes metodologias, que muitas vezes contrastam entre suas quatro áreas de atuação. A arqueologia enquanto prática metodológica tem sua definição tradicionalmente estabelecida em relação com as ciências naturais, o que torna difícil o estudo não generalizado quando pomos em foco o tema gênero (Tomáskova,2007)

O primeiro grupo de pesquisadores que estudaram gênero, tentaram enquadrar o estudo dentro dos preceitos processualistas, encontrando pouco sucesso, já que o paradigma excluía de seu interesse questões como gênero.

A preocupação do processualismo se encontrava em figuras amplas e genéricas do passado, nesses estudos buscavam-se a atribuição de diferentes materiais para gêneros específicos, porém existia grande dificuldade na obtenção de resultados. (Lozano, 2011). Essas primeiras tentativas mostravam a falta de evidências no que cabia a atribuições de tarefas designadas por gênero no passado, assim começaram a surgir dúvidas sobre a metodologia aplicada pelo processualismo. Segundo Lozano, 2011, o próprio Binford chegou a afirmar que o estudo de questões como as de gênero eram irresponsáveis e mostravam uma tentativa de moralização da arqueologia. Porém com a emergência das teorias feministas e movimentos feministas, arqueólogos começaram a questionar narrativas androcêntricas, focando nos contextos de descoberta, revelando como valores políticos e sociais afetam os resultados de interpretações arqueológicas. Apesar das suas limitações, o processualismo abriu as portas para a busca pela iniciativa hipotético-dedutiva, a qual possibilitou o diálogo com o feminismo (Lozano, 2011).

A questão, que torna o discurso dos protetores dessa desassociação entre arqueologia e feminismo um tanto irônico e, muito preocupante, é que a arqueologia de gênero não poderia ter florescido sem o conhecimento acumulado décadas antes por iniciativas e teorias feministas. Mesmo com a resistência no uso da terminologia feminista, suas teorias ofereceram ricos recursos para a arqueologia, que foram capazes de demonstrar o construtivismo dos modelos performativos de gênero, crescendo contra o essencialismo. O feminismo trouxe metodologias que tiveram sucesso em mostrar as consequências materiais de estruturas institucionais, traçando desigualdades e diferenciações juntamente com as linhas de gênero, dando novas interpretações a registros

materiais. A arqueologia de gênero, e sua insistência com o positivismo científico, muitas vezes negligenciou uma posição mais reflexiva de análise que seria capaz de diagnósticos das condições, práticas e normas epistêmicas, que distorcem suas interpretações. Negar as origens e as fontes teóricas e ideológicas da arqueologia de gênero causa um lapso genealógico que atrasa avanços no desenvolvimento da disciplina. (Wylie, 2007; Lozano, 2011).

Conceitos feministas na interpretação arqueológica

A ciência sempre esteve empenhada em buscar uma tradução universal da realidade, buscando padrões conversíveis e móveis. Essa missão quase intrínseca dos saberes científicos ocidentais abarca um reducionismo interpretativo resultando em perspectivas binaristas, focadas na relação entre o comum x incomum (Haraway, 1995).

Na arqueologia, essas interpretações binárias dão origem a sujeitos universais, perpetuando um ciclo vicioso de opressão do passado para o presente. Em Pelotas, assim como em outras cidades do Brasil, esse ciclo se traduz no discurso sobre o passado, principalmente aquele relativo ao século XIX, que ainda exalta a antiga elite de nobres decadentes como os ‘verdadeiros’ homens e mulheres pelotenses, oprimindo e invisibilizando milhares de sujeitos que fizeram e fazem parte de sua história.

Combinando a produção de conhecimentos sobre sujeitos específicos, e suas experiências localizadas, com o conceito de interseccionalidade, e partindo do pressuposto de que a vida de mulheres é construída por diversos sistemas de opressão, faz-se necessário desconstruir a visão sobre o passado de personagens genéricos da cidade. (Lozano, 2011)

Existem três principais linhas epistemológicas, seguidas na arqueologia de gênero; o feminismo empírico, a teoria do ponto de vista, e o pós-modernista. (Lozano, 2011).

Epistemologia é definida pela filosofia como o campo que estuda a construção do conhecimento, o que ele é, e como ele é justificado. A nova arqueologia bebeu da fonte da epistemologia para transformar a arqueologia em uma matéria plenamente científica.

Epistemologias feministas formaram uma nova maneira de se fazer ciência, através da desconstrução de pontos de vista estruturalistas, que trazem a justificação da produção de conhecimentos, objetividade, além de novas visões da até então dicotomia sujeito/objeto. O feminismo empírico tenta desconstruir barreiras androcentricas dentro das metodologias científicas, existindo duas principais vertentes, o empirismo contextual e o empirismo naturalizado. Ambos concordam sobre o papel que valores sociais desempenham na ciência. E também concordam sobre o processo de observação, o qual não pode ser tido independentemente da teoria, já que são necessários conceitos para dar sentido a observações, por isso dados empíricos não são determinados por dados, já que mais de uma teoria pode ser aplicada para o mesmo grupo de dados. Objetividade, padrões e procedimentos são negociados e estabelecidos pela comunidade científica, a qual ao mesmo tempo toma forma por forças sociais. (Lozano, 2011).

O feminismo pós-modernista tem como linha específica a não centralidade do sujeito e a parcialidade de todo o conhecimento. Com um ponto de vista pessimista sobre a realidade, o pós-modernismo surgiu como uma reação ao Iluminismo e sua imediata consequência a modernidade. Sendo assim o sujeito pós-moderno, muitas vezes não é consciente sobre a realidade que o cerca, é controlado por forças externas que surgem do contexto sócio-político-econômico. E mesmo com todo esforço para uma autorreflexão, ninguém pode se despir totalmente de valores, sendo assim não existe a imparcialidade.

(Lozano, 2011). A natureza do conhecimento nesta perspectiva é parcial e utilizada como ferramenta para manutenção do poder.

As teorias de ponto de vista são representadas pela ideia de Donna Haraway (1995) dos conhecimentos situacionais, a qual desafia a ideia tradicional de objetividade e sugere a necessidade de se localizar a produção do conhecimento para realmente entendê-lo. Sendo assim a linha central das teorias de ponto de vista falam que grupos marginalizados, como as mulheres negras, tem privilégios epistêmicos, pois sua localização faz com que suas visões da realidade sejam menos distorcidas. Pessoas em situações privilegiadas tendem a ser menos críticos e de muitos modos menos objetivos. Quando fazemos a transposição dessa perspectiva visando a teoria feminista, podemos perceber claramente o embate entre o feminismo branco e o negro. As mulheres brancas, apesar de sofrerem séries de opressões, ainda mantém vários privilégios em relação as mulheres negras, que são vistas como subalternas. O feminismo branco de segunda onda durante muito tempo resistiu e menosprezou a visão das mulheres negras.

“Ser objetivo é muito difícil para aqueles que tem poder, pois este tende a reproduzir fantasias, tornando o ‘eu’ um ser impertinente e narcisista. O poder é um pragmatismo de mente fechada cheio de ilusão, que assume que o mundo gira em torno de si. Dissolve a realidade em um espelho de seu próprio desejo. São aqueles cuja existência material é bastante sólida, que tendem a assumir que o mundo não é. O poder é naturalmente solipsista, incapaz de sair da sua própria pele.” (Eagleton, 2003, pag.122).

Sendo assim, ao contrário do que primeiramente se imagina, a posição de sujeitas subjugadas, em exemplo das mulheres subalternas pelotenses do século XIX, dá a elas uma posição privilegiada de onipresença, estando entre os locais do binarismo

interpretativo, são elas que podem nos dar a oportunidade de criticar, denunciar e desconstruir sistemas de opressão cíclicos.

As amplas experiências destas mulheres, com os modos de negação, através da repressão, do esquecimento e de atos de desaparecimento, são determinantes quando levamos em conta aspectos particulares da identidade de grupos marginalizados, aspectos que designam a interdependência de relações de poder, raça, sexo e classe. Uma interessante ferramenta interpretativa nasceu no bojo do feminismo antirracista, uma reflexão feita com base nos séculos de experiências sofridas por mulheres negras com o sistema colonial. A chamada interseccionalidade parte do pressuposto de que a vida de mulheres é construída por diversos sistemas de opressão. Raça, gênero e classe, fazem parte desse sistema, e são intrinsecamente conectados, a raça fez da mulher negra uma força de trabalho, o sexo a fez usada por seu senhor, a classe retificou seu subjugo em uma sociedade capitalista patriarcal (Lozano, 2009; Davis, 2004).

Partindo da ideia de que nem gênero nem ciência preexistem da prática, já que gênero é uma constituição assimétrica, saturada de poder, simbolismo, materialidade e relações sociais, sustentada por práticas heterogêneas naturais e culturais, temos a análise de múltiplas formas de opressão, as quais se encontram com a luta pelo reconhecimento e justiça social, trazendo o empoderamento de grupos historicamente marginalizados (Franklin, 2001; Haraway, 1995).

A arqueologia se encontra em um período de transição com a emergência de discursos feministas e o mapeamento de mulheres em um passado arqueológico. Ainda assim o feminismo negro e sua teoria se mantém externo à arqueologia, tanto em teoria quanto em prática (Franklin, 2001). O feminismo negro abarca um grande potencial no que diz respeito ao estudo de modelos sobre diversidade e desigualdade, principalmente quando falamos da arqueologia histórica. É possível com a ajuda desses conceitos uma

análise mais profunda sobre políticas colonizadoras imperialistas que moldaram a atualidade (Franklin, 2001).

“As feministas não precisam de uma doutrina de objetividade que prometa transcendência, uma história que perca o rastro de suas mediações justamente quando alguém deva ser responsabilizado por algo, e poder instrumental ilimitado. Não queremos uma teoria de poderes inocentes para representar o mundo, na qual linguagens e corpos submerjam no êxtase da simbiose orgânica. Tampouco queremos teorizar o mundo, e muito menos agir nele, em termos de Sistemas Globais, mas precisamos de uma rede de conexões para a Terra, incluída a capacidade parcial de traduzir conhecimentos entre comunidades muito diferentes - e diferenciadas em termos de poder...”(Haraway,1995, p. 38)

Levando em consideração as experiências particulares de grupos marginalizados, vemos que a objetividade do feminismo se encontra no entendimento de contextos particulares. Porém, a subjetividade é vista com desdém pela comunidade científica, que prima pelo mito da neutralidade, ditando que interpretações de cunho feminista são um posicionamento de valor político, impossibilitando uma interpretação objetiva. Contudo é inegável que todo trabalho científico tem valores políticos. Sendo assim, ao utilizarmos perspectivas feministas, em suas diversas vertentes, podemos tentar quebrar barreiras androcêntricas dentro das metodologias científicas.

A arqueologia de gênero ao fugir de sua vertente feminista, acaba negando as diferentes possibilidades de interpretação a qual primeiramente ela se propõe, já que o estudo de gênero por si (simplesmente para dar visibilidade a mulher) não é o suficiente para compreender questões como raça, classe, idade, saúde ou etnicidade... (Franklin;2001). É neste sentido que o próximo capítulo do presente trabalho propõe fazer uma discussão relacionada ao discurso tradicional/patriarcal presente na historiografia da cidade de Pelotas, apontando os esquecimentos propositalmente fundamentados por

perspectivas elitistas em relação a populações marginalizadas, em especial as mulheres negras do passado pelotense.

A PELOTAS OITOCENTISTA E SEU ‘NÃO-PASSADO’

A cidade de Pelotas foi fundada no início do século XIX. Durante o período oitocentista, a então jovem cidade, alcançou seu apogeu econômico, tornando-se uma potência devido ao intensivo crescimento do mercado charqueador (Gutierrez, 2001).

O charque produzido na cidade abastecia as mais diversas regiões das províncias do império, e estava fundamentalmente baseado na opróbria exploração de mão de obra africana e afrodescendente (Gutierrez, 2001). A narrativa histórica pelotense, até hoje, se vê atrelada à este passado de suposta glória. Sendo o charque a principal forma de sustento da cidade no século XIX, a narrativa oficial pelotense fez-se intrinsecamente conectada com a dualidade entre a vida do campo e a vida cidadina. Os discursos museológicos da cidade, transbordam percursos turísticos com imagens bucólicas, exibindo grandes propriedades às margens de arroios e rios, que sustentavam a vida sofisticada dos grandes casarões centrais da elite do século XIX.

Neste discurso tradicional elitista, o passado de exploração escravocrata passa despercebido, e o alcance das populações escravizadas no século XIX se vê limitado a vida de trabalho no campo, já que a cidade era o palco exclusivo da elite. A narrativa reproduzida por Pelotas em torno de seu passado, nutre o imaginário popular com ideias de uma ‘grandiosidade’ europeizante, como se esta tivesse sido criada, sustentada e usufruída somente por senhores e senhoras da nobiliarquia branca.

Quando nos deparamos com informações como as levantadas por Bruno Pessi (2012) em *‘Entre o fim do tráfico e a abolição: A manutenção da escravidão em Pelotas...’* vemos que o período oitocentista pelotense era preenchido por uma quantidade extremamente considerável de pessoas não brancas cativas, as quais, também circulavam por ambientes considerados pelo imaginário popular como elitizados.

Segundo o autor, população escrava pelotense no ano de 1858, era de 4.122 pessoas, em 1878 essa população aumentou para 8.141 pessoas, sendo 5.125 homens e 3.016 mulheres. Já em 1884, a população cativa era de 5.918 pessoas, sendo 3.666 homens e 2.252 mulheres. (Pessi,2012; p. 49)

Ao sermos confrontamos com números tão expressivos, fica difícil imaginar a cidade de Pelotas reduzida a uma passarela de modas de homens e mulheres de elite, passeando em suas carruagens puxadas por cavalos mansos. É ainda mais difícil imaginar que as relações entre a elite e as populações oprimidas fossem unilaterais e estagnadas.

Este esquecimento da cidade em relação a populações de partes sociais não elitizadas de seu passado, não é algo exclusivo do discurso tradicional pelotense. Segundo Lilia Schwarcz (1993), foi a partir de 1870 que pensamentos de cunho positivista, os quais acrescentaram suporte à verticalidade social baseados na diferença racial, adentraram com toda a força no cenário brasileiro. Segundo a autora, foram perspectivas judaico-cristãs (estas também sendo as forças que atuam por trás de visões binárias, naturalizando antagonismos), que deram início ao subjugo de diversos povos considerados inferiores, séculos antes do XIX, e, estas perspectivas durante o período oitocentista, combinadas com o furor supostamente imparcial científicista do evolucionismo cultural, reforçaram a crença na eugenia, a qual ditava superioridade entre diferentes raças e etnias. O encontro entre estas visões junto ao neocolonialismo, deu origem no Brasil a políticas de esquecimento, degeneração, catastrofismo e branqueamento.

Há uma certa alienação no sentido de que não se problematiza as relações travadas no passado, apesar de movimento sociais, como o movimento negro, insistirem há pelo menos trinta anos nas críticas a estes tipos de representação. Aqueles que não descendem da estirpe dos baronatos estariam condenados a não terem passado, salvo se permitissem as histórias dos velhos que passam nas rodas de famílias de geração em geração. (Al-Alam, 2007,p.24).

A primeira parte desta tentativa de ‘sentenciamento’ de não passado das pessoas negras foi promulgada através de incansáveis medidas violentas integrantes do sistema colonial de exploração, as quais foram tomadas pelas elites brancas europeias e brasileiras, durante mais de 300 anos de escravidão, como tráfico de pessoas, separação de grupos familiares, genocídios, proibição de articulações culturais, trabalhos forçados, entre outros quase incontáveis tipos de violências (Schawrcz, 1993). A segunda parte foram as políticas neocoloniais, anteriores e posteriores à abolição, as quais também corroboraram, e muito, para que este estigma de esquecimento das populações negras prevalecesse através da história (Silva, 2011; Vaz, 2014).

Em Pelotas, as políticas de eugenia se tornaram extremamente aparentes durante o século XIX. A elitização da região da Praça Coronel Pedro Osório, talvez possa ser pensada como um fator atuante do pensamento ‘europeizador’ da segunda metade daquele século. O terreno onde hoje se localiza a praça Coronel Pedro Osório (Fig.01) fora definido em 1830 através de um planejamento urbano que apontaria aquela região como centro geográfico da cidade. (Ribeiro, 2017)

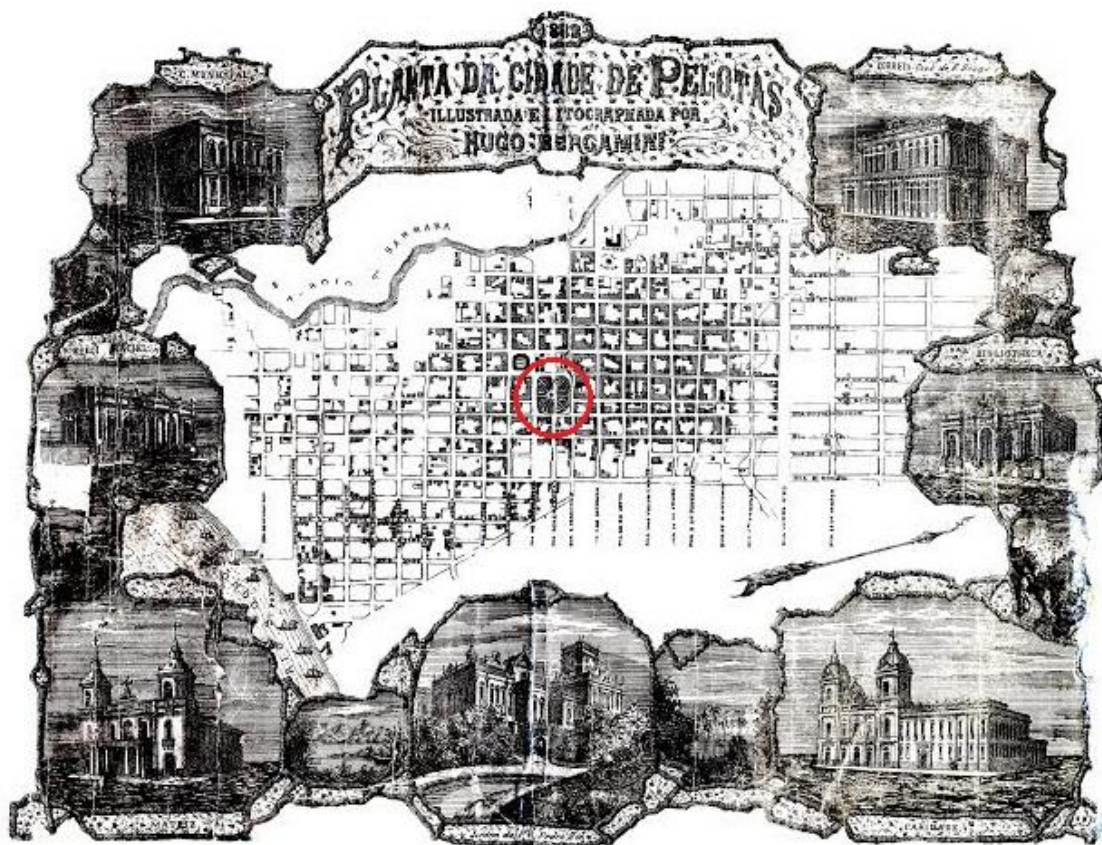


Figura 01; Mapa de Pelotas, 1882, NEAB/FAURB, acesso em 2013. Ponto central da cidade em destaque.

Desde o início do XIX, até alguns anos após a metade do mesmo século, a área central pelotense era configurada por ser um terreno baldio, que, parte do ano se transformava em um terreno alagadiço, e em outra parte se transformava em uma área de circulação de todos os tipos de seres malquistos da elite oitocentista pelotense. Entre estes, animais, pessoas pobres e pessoas escravizadas (Ribeiro, 2017). Uma realidade que preocupava os baronatos regentes locais, já que, segundo a branquitude elitizada, o centro da cidade se via depredado pela imagem dos transeuntes cotidianos.

Foi durante a segunda metade do século XIX, que grandes casarões começaram a emergir em torno do terreno central, e, em pouco tempo, tais visões se tornaram insuportáveis aos olhos das famílias elitizadas pelotenses (Ribeiro, 2017). A indignação

dos baronatos ficou gravado nas páginas de jornais locais, que insistiam por reformas rápidas no local, para tentar apagar as ‘lamacentas’ visões cotidianas.

...Mais de uma vez temos tradado da necessidade de atterros na praça da Regeneração, já porque entendemos que, enquanto ella não tiver a necessária elevação, não dará fácil escoação as águas pluviaes, mórmente na estação pluvernosa, fazem dela como uma lagoa circulada de pantanos, já porque entendemos que, visto não ser possível ter todas as ruas da cidade em bom estado, deve-se caprichar em que nossa principal praça se ache sempre nessas condições, mesmo porque ella é um lugar de muito transito, e que mais fere a vista de quem chega a Pelotas... (O noticiador, p.2, 20 de novembro de 1861).

Em 1873 a instalação do chafariz no local, trouxe consigo sucessivas mudanças para a área, contudo não eliminou a presença de sujeitos e seres indesejáveis para a elite. O período entre o século XIX e o início do século subsequente foi permeado por atos que tentavam coibir as partes sociais não elitizadas brasileiras, roubando-lhes o acesso à diversos locais, proibindo festas e atividades tradicionais, na tentativa inserir costumes de moralidade burguesa. Por sua parte, sujeitos de classe/raça/gênero não dominantes criaram artifícios de resistência e contestação aos novos tempos e costumes, buscaram novos espaços, e insistiram em circular mesmo onde tinham seu acesso vetado ou dificultado. Afirmava-se que “...vagabundos e bandidos, que impunemente, pela Praça Pedro II passeavam altas horas da noite, em orgias e serenatas, abusando de tudo e de todos, ofendendo a lei e o decoro social...” (Correio mercantil, 8 de outubro de 1877).

A praça Coronel Pedro Osório teoricamente servia como um espaço público, contudo os planos da elite branca local pintavam aquela região como um quadro que refletia o crescente ‘progresso civilizatório’ da cidade (Ribeiro, 2017). Assim, a área central da cidade, pela branquitude, era imaginada aos moldes vitorianos neoclássicos,

um espaço, teoricamente, de livre acesso, contudo ontologicamente privado da classe dominante.

Um interessante caso descrito por Montequelat (2015), através de sua pesquisa envolvendo jornais do século XIX, é de certa forma, tanto um episódio de contestação e solidariedade. Contestação quanto às tentativas de branqueamento da praça, com uma vida de uma classe não dominante, que começava em pleno espaço projetado para elite e solidariedade entre duas mulheres negras, ao criarem uma rede de cooperação baseada mais na empatia, ao compartilharem da mesma condição, que na consanguinidade, algo explícito no ato da escrava que passava “ao acaso”.

Aos 24 dias do mês de agosto de 1875, à noite, uma “preta” escrava, que estava indo a serviço de seu senhor, foi, de repente, atacada pelas dores do parto e deu à luz uma criança em plena praça, não tendo o auxílio que não o de uma outra escrava que o “acaso” ali dirigira (Monquelat, 2015, p.43).

Quatro anos depois da instalação do chafariz, a praça central foi gradeada, uma forma material de restrição ao público que por ali costumava transitar, público que não era branco, e que também não era rico. Nos anos posteriores ao gradeamento, as elites tratavam de balbuciar reclamações pelos jornais, quanto a questão do ajardinamento do local, além de lidarem aos murmúrios com o fato de que eles não conseguiam, por mais que tentassem, obliterar a presença outros sujeitos sociais no local. (Ribeiro,2017).

O que primeiramente deveria a câmara fazer era tratar de cercar a praça com o muro necessário de receber gradil. Feito o muro, tornar-se ia mais fácil resguardar o arvoredado plantado da maldade e, ao mesmo tempo de que fosse ele destruído pelos animais que na praça eram vistos diariamente pastar...(Diário de Pelotas, 21 de janeiro de 1876; in: Monquelat, 2015).

A tentativa de europeização foi uma política dominante no cenário brasileiro do século XIX, e também início do XX, não estando restrito ao antigo centro lamacento pelotense. Durante o XIX, diversas atitudes políticas, permeadas por interesses econômicos, mas, que por fim, se estabeleceram como bandeira abolicionista de países como Inglaterra, e a Lei Bill Alberdeen de 1845, forçaram o Brasil a perceber que o fim do sistema escravocrata era eminente (Schwarcz, 1993). Mesmo assim, o Brasil foi o último país das américas a abolir a escravidão, o que aconteceu no final do século XIX.

As elites brasileiras, naquele momento, estavam fervorosas, existia um medo que pairava sobre os lares dos baronatos, o ‘enegrecimento’ do país. O catolicismo quase compulsório somado a uma perspectiva darwinista cultural, fazia dos intelectuais brasileiros da época agentes que instigavam uma louca campanha de reformas, variando desde o sanitarismo, até representações estilísticas arquitetônicas, como ocorreram no centro pelotense, passando também pela literatura, pintura e culminando em um desenfreado incentivo à imigração europeia.

Segundo Andreas Hofbauer (2010), políticas para inserir as pessoas ex-cativas na sociedade brasileira eram cartas fora do baralho, já que o Brasil oficial tentava a todo custo os consumir. Todo o apoio era dado à imigração em massa de europeus, os quais, com falta de oportunidades em seus próprios países, não perderam a chance de trabalhar no “paraíso” dos trópicos, que nas palavras de Gonçalves Dias em sua tão famosa Canção do exílio de 1847, era vista como a terra onde as aves gorjeavam como em nenhum outro lugar.

A ideia por trás das políticas eugenistas neocolonialistas, e de suas propagandas, era a de primeiramente eliminar corpos negros e indígenas, na intenção elevar a nação, apagando o que era considerado inferior.

Em 1821, o médico e filósofo Francisco Soares Franco apresentou um projeto no qual propôs que o lento processo de emancipação (Império para República) deveria ser acompanhado por uma política imigracionista, a qual deveria ter como objetivo a homogeneização da nação, isto é, a transformação da “raça negra” em “raça branca”. Um processo que – segundo ele – poderia ser efetuado num prazo de três gerações. Noventa anos depois, quando o fluxo imigratório estava em pleno andamento, o antropólogo João Baptista Lacerda repetiria este prognóstico, num discurso muito citado, no Congresso Universal das Raças em Londres (1911), afirmando que a imigração européia e a seleção sexual (preferência por casamentos com brancos) fariam com que a raça negra fosse extinta dentro de um prazo de cem anos. (Hofbauer, 2010, pag 04).

A visão do eminente fim do sistema escravocrata lançou tempo para que elite branca intelectual brasileira tentasse ‘planejar’ o que seria do futuro dos corpos de pessoas negras, aquelas, que um dia deixariam de ser ‘objetos’ desejáveis para a classe/raça/gênero dominante do país. Então, através das primeiras concepções de degeneração e catastrofismo, e após isso o branqueamento, corpos negros foram marcados por medidas violentas que os inferiorizavam (Schwarcz,1993). Marcados ao nascerem, marcados durante a vida por incontáveis e, quase inimagináveis, formas de abusos e, também, marcados por grotescas previsões de extinção. O esquecimento e o consumo cultural voltado contra as populações não elitizadas e não brancas, se tornaram uma constante social no Brasil.

Uma questão de gênero, raça ou classe? O racismo, os padrões burgueses de feminilidade e a resistência da mulher negra

Mais de 100 anos após o segundo prognóstico de fim dos negros no Brasil, o censo do IBGE de 2014 estima que atualmente mais da metade da população brasileira é negra. Entretanto, três quartos da população mais pobre do Brasil, isto é, aquela parcela de famílias que ganham em média menos de dois salários mínimos também é negra (Vieira,

2016). Segundo Antônio Sérgio Guimarães (2002), não é errado atribuir o início de disparidades sociais no passado, contudo ao colocar a culpa de diferenças atuais somente no passado, como no exemplo do Brasil escravagista, se torna fácil isentar as presentes gerações de responsabilidade.

A discriminação de raça no Brasil, em face do individualismo pós-moderno, passa a ser atribuída à discriminação de classe, havendo uma negação do brasileiro em relação a existência do racismo. Dessa forma as desigualdades que inferiorizam pessoas negras se perpetuam em um “ciclo cumulativo de desvantagens” presentes em diversos estágios de competição social (Guimarães; 2002).

No ano de 1933 Gilberto Freyre publicou o livro *Casa-Grande & Senzala*, o qual deu novo vigor uma das mais enraizadas, e errôneas, noções sobre a identidade brasileira, o mito da harmonia das três raças. O branco, o negro e o indígena vivendo como um perfeito organismo simbiótico. Segundo Francine Saillant (2010), Freyre foi pioneiro ao destacar a importância fundamental de culturas não brancas na formação do Brasil, em meio à um ambiente científico nacional que ainda reproduzia as mesmas teorias do século XIX. Tendo quebrado um tabu ao falar sobre escravidão e mestiçagem, a democracia racial de Freyre, no entanto, acabou dissolvendo culturas negras e indígenas em um grande caldeirão de ‘brasilidades’, fundamentando as bases de negação ao racismo no Brasil (Saillant, 2010). A mistura cultural de Freyre, acabou por não afetar a posição de domínio dos brancos, estes eram o próprio caldeirão, englobando culturas não brancas, e as consumindo através de distintas formas de apropriação cultural. Como Ana Maria Gonçalves (2017, pag 03) destaca, “*no Brasil ao branco é permitido ter passado, ter cultura, ter individualidade, já o que é do negro é do Brasil*”.

Os movimentos de opressão coloniais, extensamente descritos por Anne McClintock em sua obra, “*Couro imperial*” (2010), mostram que populações negras

tiveram seus saberes culturais, expressões artísticas e realizações dos mais diversos tipos consumidos pelo mundo industrializado. O fetichismo imperial de nações governantes negava às populações oprimidas acesso aos bens que elas mesmas produziam, passando também a esquecer ou ignorar a origens destes produtos.

Em fevereiro de 2017 um exemplo sobre a relação entre colonialismo, consumismo e apropriação cultural teve uma grande repercussão na internet. O chamado ‘caso do turbante’ teve início quando uma jovem mulher branca foi confrontada por uma mulher negra quanto ao uso de um turbante. O objeto em questão por muitos séculos foi perseguido e rechaçado por ser símbolo de respeito, poder e religiosidade para população negra brasileira (Gonçalves, 2017). O turbante, então, acabou por se tornar um ‘lugar’ de afirmação para a cultura negra, um artefato que expressa a resistência da negritude brasileira, um objeto que fixa em seu portador um conjunto de atributos culturais específicos. Assim como Beaudry, Cook e Mrozowski (2007, p. 73), descrevem, artefatos como o turbante, “*são encarnações tangíveis das relações sociais, incorporando atitudes e comportamentos do passado*”. Ao ser utilizado por uma mulher branca, o turbante se tornou passível de ser jogado no caldeirão branco de brasilidades. Contudo o através do afrontamento incitado pela mulher negra, o turbante torna-se um mediador ativo, passando a condicionar a possibilidade de se explorar ainda mais os impactos do colonialismo, da apropriação cultural, do consumismo, e da negação que brancos vivem em relação ao racismo.

Desde os primórdios do sistema escravagista moderno, pessoas negras (assim como indígenas), lutaram contra o turbilhão homogeneizante dos padrões culturais brancos. A religiosidade é um forte mecanismo de resistência às tentativas de dismantelar os costumes das pessoas negras escravizadas, que, ao sofrerem com a negação de sua cultura, procuraram novas formas de articulá-la. Segundo Saillant (2010, p. 120)

“nas comunidades tradicionais afro-brasileiras, notadamente os terreiros de candomblé, a transmissão oral da história religiosa e social através da mitologia dos orixás foi uma maneira de favorecer a conservação memorial e de cultivar o sentimento de pertencimento dos membros dessas comunidades.

Como Judith Butler expõe em “Bodies that matter” (1993), a rearticulação de identidade não é produzida somente em âmbito de antagonismos. No campo de estudos sobre o período escravocrata a interpretação muitas vezes é uma dualidade entre senhores e escravos, colocando o branco em uma posição de dominação suprema em relação ao negro. As redes de contestação e empatia criadas por pessoas negras, em especial por mulheres negras, se estendem além dessas interpretações dualistas de opostos, já que a luta contra o apagamento social, e a produção de novas articulações culturais e familiares, não são contempladas diante de interpretações antagônicas.

Dentro da visão de opostos naturalizados, sempre haveria um grupo ideal mandante e seus costumes e ordens deveriam ser completamente acatadas pelo grupo subalterno. Em ambos os grupos existiriam figuras idealizadas, que são os exemplos de cada um. Nessa perspectiva os homens brancos, os barões do charque, são os ideais do nicho social mandante pelotense do século XIX, seguidos por suas mulheres, as baronesas brancas, aclamadas como supostas ‘senhoras dos doces’. O grupo opositor, seria formado por homens negros, escravizados, que lidavam com o trabalho pesado nas fazendas, trabalhando de sol a sol. Entretanto as mulheres negras, como vemos nos discursos museológicos atuais da cidade, desaparecem da narrativa histórica oficial do período colonial pelotense. A interpretação de antagonismos, junto com o fundamentado pensamento patriarcal, base das interpretações historiográficas tradicionalistas, não consegue lidar com a desviante resistência das mulheres negras.

Despidas dos padrões da feminilidade burguesa, mulheres negras não se encaixavam na definição naturalizada de mulher no século XIX. Vistas como força de

trabalho, e ao mesmo tempo hiperssexualizadas e exploradas, as mulheres negras foram invisibilizadas, tendo que lutar tanto contra o sistema racista estabelecido no período colonial, quanto contra as violências de gênero. Nesse meio tempo, meninas brancas eram lecionadas sobre a vida do lar, aprendendo a se comportar como mulheres ‘respeitáveis’, ‘frágeis’, mães, e esposas, delicadas e dedicadas aos cuidados da casa (Davis,2004; hooks, 1982; Gonzalez,1983; Carneiro,2011). Como mostram os jornais da época;

EDUCAÇÃO DA MULHER- A mulher deve ser bela, deve ter graça e encantos. Nem todas podem ser lindas, a formosura não ficou em todas as filhas de Eva, mas todas podem ser belas. Beleza não é formosura nem lindeza, beleza são graças, e toda mulher bem educada pode ter graças...Se a natureza foi liberal com tua filha, não desprezes essa vantagem..., preserva-lez delicada, conserva essas mãos finas, cultiva essas rozas de saúde... (Jornal Onze de Julho, núm. 710; Pelotas, terça-feira, 17 de janeiro de 1882.)

A educação da mulher de elite do século XIX era cerceada pelo mito da feminilidade burguesa, o qual naturalizava uma “essência” feminina ligada ao papel da maternidade, essa “natureza” era subsidiada por adjetivos apostos a delicadeza, em momentos mulheres brancas deveriam ser elegantes, em outros frágeis, mas em todos, deveria existir a constante submissão ao pai ou ao marido. Esse modo de ser mulher era aprendido desde cedo pelas jovens da elite pelotense, como podemos ver no jornal de época.

Aula Particular para meninas, Ignácia Parafita de carvalho, autorizada pelo conselho de instrução pública d’esta província e auxiliada por uma prática de mais de 5 annos, julga-se o progresso das alunas que lhe forem confiadas não só no ensino primário, como também nos diversos trabalhos de agulha, como sejam: bordado, crochet, ponto de 13, ponto de marca , etc,etc,etc. Na mesma aula lecciona-se piano, recebem-se pensionistas e meios pensionistas, e acha-se aberta desta data em diante.Rua da igreja nº 130. (Diário de Pelotas, 08 de janeiro de 1886. P. 3.)

A parte dessa descrição de sexo ‘frágil’, a visão universal do ideal de mulher se quebrava quando encontrava mulheres negras. Vistas como um contingente servil, podendo até trabalhar duas vezes mais que homens negros, estas mulheres constantemente lidavam com a violência sexual praticada por homens brancos, além de serem incumbidas à emprestarem seus corpos para a amamentação de infantes do senhoril, como amas de leite (Franklin, 2001). Ambas as situações geravam um sentimento de ‘descontentamento’, por falta de palavra mais adequada, pela parte das senhoras de elite. As quais também se tornavam outra fonte de violência e opressão em relação a mulheres negras (Vila & Cruz; 2010).

ESCRAVA na loja de ferragens Manoel Lopes de siqueira e co; se dirá quem tem uma mulata de 22 annos com uma filha de 3 annos, é muito sadia e de bom comportamento sabe lavar cozinhar engomar e também coze. O preço convida aos pretendentes; (Jornal Diário de Pelotas nº 340, pelotas 18 de abril de 1878. P. 3)

Mesmo aprisionadas pela condição servil, mulheres negras lutavam para rearticular práticas culturais próprias, incitando novas estruturas familiares através da religiosidade e de atividades de manutenção em esferas domésticas, e também fora delas. A família escrava nem sempre era constituída por laços de consanguinidade, já que a desagregação familiar era uma estratégia comum de dominação dos grupos imperialistas que praticavam o tráfico humano durante o período colonial (Reis, 2007; Lozano 2011; Franklin, 2001).

A questão da recriação do padrão de vida familiar entre os negros no período escravista pode ser evidenciada a partir das várias formas de parentesco simbólico ou ritual: relações de compadrio, "famílias de santo" irmandades religiosas negras, grupos étnicos (nações), "parentescos" forjados na trilha do tráfico...O negro utilizou-se dessas relações, além da família extensa, a fim de articular uma rede de solidariedades que lhe proporcionasse maior amparo,

ainda mais que a família sangüínea imediata estava permanentemente sob ameaça de desagregação (Reis, 2007, p. 24).

Ao formarem essas redes de amparo familiar, mulheres negras foram capazes de criar estratégias de sobrevivência aos grupos escravizados durante os séculos coloniais, auxiliando também aqueles que se encontravam em situações de invalidez, ou que não eram aptos a desempenhar atividades de trabalho (Reis, 2007).

A perpetuação de laços familiares alternativos, através de diferentes meios de cooperação e solidariedade entre escravos, assim como a renegociação e ressignificação de gênero, classe e raça, foi fundamental na luta contra a dominação escravagista, pela liberdade e na busca por uma vida com mais dignidade (Lozano 2011, Reis 2007, Franklin 2001).

Desta forma atividades cotidianas, ou as chamadas atividades de manutenção (Lozano,2011) foram fundamentais na propagação e estreitamento de laços entre populações escravizadas, tais tarefas muitas vezes se davam em espaço doméstico, e eram realizadas principalmente por mulheres, sendo assim o estudo de materiais cerâmicos, que contrastam com as refinadas louças utilizadas pela nobiliarquia , principalmente após segunda metade do século XIX, e que se fazem presentes em ambientes ditos como “elitizados”, são capazes de criar questionamentos em relação aos discursos tradicionais propagados pelos atuais meios historiográficos e turísticos da cidade. Neste sentido, o próximo capítulo discute os pontos de vista apresentados no âmbito da interpretação da cerâmica histórica no Brasil, assim como apresenta a análise de cerâmicas em um dos mais antigos casarões centrais da cidade de Pelotas.

AS JARRAS DE BARRO DA CASA: GÊNERO, RAÇA E CLASSE NO CASARÃO OITOCENTISTA

O presente capítulo, em um primeiro momento, faz uma breve discussão meteorológica-interpretativa das visões aplicadas na análise de cerâmicas históricas, ou cerâmicas de produção regional, no Brasil, a fim de situacionalizar o estudo sobre estes materiais no país, apontando também a relação entre mulheres negras e estes materiais. Logo, o texto passa a estar focado na formação do registro arqueológico de um micro contexto específico na cidade de Pelotas, o casarão 02, ou casa 02, uma das mais antigas construções elitizadas do centro pelotense. Assim, o capítulo passa a apresentar os materiais cerâmicos encontrados neste micro contexto, relatando também vestígios capazes de desvendar circunstâncias de violência presentes no passado oitocentista.

Cerâmicas regionais brasileiras

Quando falamos em estudos de cerâmicas históricas brasileiras, estamos predestinados a comentar sobre o viés das tradições, ou, nesse caso, tradição “neo-brasileira”. Dentro das linhas interpretativas da arqueologia, a visão de tradição é como uma onda homogeneizante, que não leva em consideração contextos específicos de produção ou consumo. Durante muito tempo a ciência arqueológica nacional, esteve apegada a essas interpretações descritivas, bebendo na fonte de um histórico-culturalismo disfarçado. Essa monarquia metodológica/interpretativa/epistêmico-científica, contribuiu muito com a formação de um cenário arqueológico nacional, impulsionada pelo PRONAPA*, contudo sua arrogância conceitual é inegavelmente excludente.

*Sigla para o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas, iniciado no final dos anos 60.

A designação neo-brasileira foi utilizada para falar de pessoas não-indígenas, na tentativa de criar uma “inversão etnocêntrica”, caracterizando os brancos nascidos no Brasil como estrangeiros (Zanettini, Wichers; 2009). Contudo essa teórica “inversão etnocêntrica” em nenhum momento afeta a posição de domínio do branco, na verdade somente a fortalece, já que os “novos brasileiros”, nesta interpretação, são os brancos, e os indígenas, por exemplo, fazem parte de um passado distante que deve ser esquecido, que deve ser consumido pelo caldeirão da branquitude. A perspectiva do neo-brasilianismo também elimina as diferenças de consumo, utilização e produção cerâmica, sendo assim, as populações negras, uma das principais consumidoras destes materiais no século XIX, também são jogadas em um lugar de esquecimento histórico.

De acordo com Luis Cláudio Symanski (2008), artefatos cerâmicos produzidos regionalmente são extremamente recorrentes em sítios históricos. Apesar disso, a arqueologia histórica brasileira, ainda apresenta uma grande carência de estudos em relação a estes materiais. Pesquisas voltadas à objetos industrializados importados, como faianças inglesas e portuguesas, somam uma bibliografia expressivamente maior, se comparadas com estudos de cerâmicas produzidas no Brasil durante o período colonial (Zanettini, Wichers; 2009). Esta discrepância entre objetos de pesquisa pode ser associada ao caráter elitista, que marca a produção de conhecimento científico desde os primórdios do iluminismo (Haraway, 1995).

Pesquisas com interpretações que evitam a padronização em relação a cerâmicas regionais brasileiras, tiveram início a partir da década de 1980. Foi durante essa época que o pós-processualismo ganhou corpo, inserindo no campo arqueológico novos meios interpretativos. Essa mudança dentro da arqueologia, possibilitou o despertar de diversos interesses de pesquisa, como as relações de gênero. Os estudos relacionados a cerâmicas de origem regional, ao contrário da interpretação de tradições neo-brasileiras, começaram

a levar em conta contextos específicos, dando atenção a diferentes sujeitos que as utilizavam e produziam (Zanettini, Wichers; 2009).

A produção de cerâmica em contextos regionais, era principalmente voltada para a *“troca e venda na sociedade mercantil escravista”* (Zanettini e Wichers 2009, p. 313), a atuação destes materiais, após a entrada do estilo de vida burguês nas colônias, é normalmente associada a classes desfavorecidas, sendo estas comercializadas a baixo custo e amplamente distribuídas. Camilla Agostini (2010, p.2), aponta também que *“era comum que escravas ou escravos africanos fossem os responsáveis pelo trato com panelas e outros utensílios de uso doméstico, nas cozinhas.”*

De acordo com Symanski(2008), em seu estudo de cerâmicas regionais dos antigos engenhos da chapada dos Guimarães, também são indicadores da afirmação identitária de grupos escravizados, revelando as diferenças entre estes. As correlações apontadas por Symanski, sugeriram que cerâmicas regionais decoradas no contexto da chapada, foram utilizadas para expressar diferentes grupos étnicos entre a população cativa da região. Simbolismos ceramistas difundidos na África subsaariana também foram reproduzidos no cenário estudado pelo autor, presentes em peças confeccionadas, pelo que tudo indica, por escravas africanas e afro-brasileiras, já que essas populações compartilhavam algumas concepções ontológicas, sendo uma delas a simbologia envolvendo cerâmicas.

O processo de produção de vasilhames, para povos subsaarianos, era análogo a momentos e etapas transformadoras da vida. Nessa perspectiva a produção cerâmica era designada principalmente as mulheres. O ato de produzir vasilhas era visto como um ato geracional, de nutrir a vida, também estando relacionado ao cultivo da terra. Esta correlação, entre simbolismos, cerâmicas e identidades, questiona o modelo de criouliização tradicionalmente empregado na arqueologia afro-americana, *“segundo o*

qual os africanos nas américas, transformaram suas culturas originais, através de um processo de trocas culturais entre si mesmos, a sociedade euro-americana dominante, e os grupos nativo-americanos” (Symanski, 2010,p. 117).

Em contextos mais recentes, à exemplo daquele estudado por Loredana Ribeiro (2017), como a praça Coronel Pedro Osório da cidade de Pelotas, revelam materiais cerâmicos semi-artesanais, sem muitos ornamentos. Duas hipóteses foram levadas em conta pela autora seguindo a presença destes materiais.

A primeira seria de que estas peças estariam relacionadas a população menos abastada, ainda residente do entorno da praça no início do século XIX.

E a segunda, a qual aponta para o processo de elitização do local, que se deu por volta da segunda metade do século XIX. Neste segundo contexto, as cerâmicas históricas estariam relacionadas a uma população que vivia à parte a elite local, como a população escravizada (Ribeiro, 2017).

A relação simbólica entre mulheres negras e cerâmicas dentro das concepções das culturas subsaarianas africanas ficam claras em contextos artesanais de manufatura, contudo, como se dava esta relação em um contexto industrializado?

A cultura material, em um sentido geral, pode ser vista não somente como um resultado do produto imaginado dentro de um ciclo de produção, indo além da questão passiva que muitas vezes se aplica quando pensamos em um objeto inerte. Cerâmicas ou turbantes, são vetores dentro de redes de relações sociais, são linhas que estabelecem e produzem ligações, capazes de expressar identidades, traduzir costumes, transformando e negociando simbolismos (Beaudry, Cook e Mrozowski, 1992). Desse modo a ligação entre mulheres e cerâmicas não se vê retida dentro do processo de fabricação da peça, muito pelo contrário, esta relação se expande e floresce durante a utilização, a peça, funcionando como um catalizador de outras relações familiares ou de grupos. O modo de

ser, a resistência e a existência da negritude no passado colonial se dava diretamente atrelada a questões de espaço de convivência, nas atividades de manutenção das comunidades, mesmo que, em contextos mais recentes, as formas de fabricação cerâmica tenham mudado (Lozano, 2011).

A formação do registro da casa 02

O casarão nº 02, também conhecido por casa 02, foi uma das primeiras edificações do centro pelotense (Bastos 2013). A casa pertenceu primeiramente a um dos charqueadores locais, José Vieira Viana, tendo sido construída por volta de 1830, período em que a malha urbana da cidade também começava a tomar forma (Bastos 2013).

Supostamente destinado a residência familiar, o casarão nº 02, na primeira metade do século XIX, portava um estilo colonial, com telhado de beiral. Mais tarde seu estilo viria a mudar com as diversas modificações que afetaram sua arquitetura original após a segunda metade daquele século (Bastos, 2013).

A reformulação da casa 02, se deu por volta da década de 1880, quando a família do também charqueador, José Antônio Moreira, adquiriu o imóvel. A partir dessa remodelação, o casarão nº 02 passou a portar um estilo neoclássico, estilo este, que se tornou uma identificação visual das casas que residiam em frente à praça central da cidade no século XIX (Bastos, 2013).



Fig. 02. Casa 02 no ano de 2002 durante a realização do projeto monumental. Fonte: Acervo LEPAArq, Autoria: não informada.

No ano de 2002, diversas atividades de revitalização do centro pelotense tomaram curso através do projeto Monumenta. Entre estas, a atividade de restauro da casa 02, a qual contava com trabalhos de intervenção arqueológica. As atividades de escavação no local foram iniciadas no dia 8 de outubro de 2002, estando focadas essencialmente no pátio interno da casa (Vergara e Rosa, 2008). Este, era dividido em uma área de jardim a oeste, e outra cimentada a leste. A malha foi organizada de dois em dois metros, com uma linha mestra que cruzava o pátio ao fundo norte, assim, as quadrículas foram assim estabelecidas com medidas de 1mx1m como mostra a figura 03.

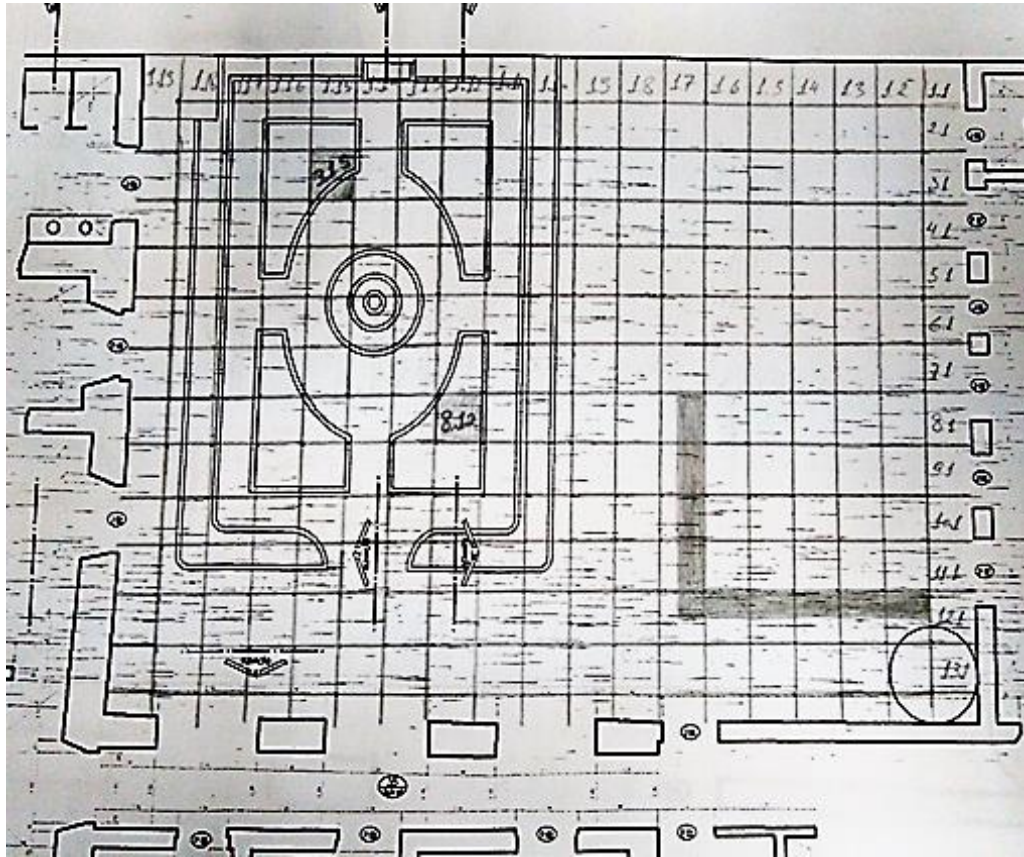


Figura 03; mapa de escavação do casarão 02 apresentando as divisões por quadras de 1mx1m, a área de jardim ao leste do pátio, expressa pelas marcações de 1.10 e 1.19 à 11.10 e 11.19, a área cimentada ao oeste expressa principalmente pelas marcações de 1.1 e 1.9 à 13.1 estendendo-se à área leste com a marcação de quadras 12.19 a 13.19. Fonte: Arquivos do LEPAArq UFPel.

Inicialmente foram abertas 3 quadrículas na área de jardim da casa, estas sendo as quadrículas de número 3.15, 4.11 e 8.12, (Fig.04), as quais foram escavadas em níveis artificiais de 10 cm.



Fig. 04: A foto acima mostra a parte reservada ao Jardim Do casarão 02, no canto oeste do pátio interno, no qual foram abertas as quadrículas 3.15, ao fundo no canto direito superior da imagem, a quadrícula 4.11, ainda não aberta, e a quadrícula 8.12 no canto esquerdo inferior da imagem. Fonte: LEPAArq UFPel; Autor não informado.

Ao total foram abertas 46 áreas de sondagem, além da coleta superficial, as quais, apresentaram materiais de tipos variados como metais, cerâmicas, louças e ossos de animais, estes últimos muitas vezes carbonizados (Peixoto e Cerqueira, 2006). Ao expandir a escavação para área oeste do pátio foi evidenciado uma grande estrutura de queima (Figura 5), portando um tamanho de 5mx7m, a qual se assemelhava a base de um antigo forno de Cal (Peixoto e Cerqueira, 2006). A base desta estrutura foi evidenciada a partir do quinto nível estratigráfico (entre 50cm - 60cm).



Fig. 05; estrutura de forno evidenciada nas escavações da casa 02. Fonte: Arquivos do LEPAArq

Durante o século XIX, Cal era um produto amplamente utilizado, sua aplicação se dava em âmbitos que envolviam desde o sanitário, na cobertura de montantes de lixo por exemplo, até a construção civil, na produção de argamassas, tintas, decorações, entre outras funções. Segundo Paula Casalinho (2013), a primeira atividade de mineração para obtenção de matéria-prima da Cal virgem no Brasil, se deu na Bahia, por volta de 1549, neste caso a matéria prima utilizada era o calcário conchífero. A autora fala que a fabricação deste Cal era feita através de fornos do tipo meda, nos quais conchas eram queimadas. Estes fornos eram instalações rudimentares ao ar livre, neles eram sobrepostas camadas alternadas da matéria-prima calcária e o combustível (carvão ou lenha), era revestido exteriormente com uma camada de argila em forma de abóboda, sendo, esta, aberta em seu ponto mais alto.

De acordo com a descrição feita por Santiago (2007, p. 68), outro tipo de forno de Cal rudimentar, é aquele de campanha, ainda utilizado na região de Curaçá, na Bahia,

também mantém uma planta circular, sendo o material disposto em camadas alternadas com lenha ou carvão, e submetido à queima.

Contudo o forno evidenciado pela escavação da casa 02, apresenta uma base de tijolos maciços em formato circular/oval, sendo que, três caldeiras estendem-se ao centro desta base. (Peixoto e Cerqueira, 2006). Ao apresentar uma base fixa, o forno do casarão 02 indica um uso contínuo de produção. Esses tipos de fornos eram utilizados pelo menos até meados da primeira metade do século XIX, segundo Santiago, (2007 p. 67), a partir do período oitocentista, outros componentes de argamassas começaram a ser inseridos na construção civil, e eventualmente a Cal caiu em desuso.

De acordo com Casalinho (2013), A obtenção da Cal pode se dar através de rochas carbonadas de cálcio ou magnésiano, as quais ao serem expostas a reação de calcinação sob temperaturas entre 900°C e 1200°C, tornam-se um composto sólido branco e fino. *“Tanto a cal como o dióxido de carbono são resultantes da decomposição térmica dos calcários/dolomitos/conchas calcárias”* (Casalinho 2013 p. 36). Todavia, de acordo com Peixoto e Cerqueira (2006), a produção de Cal no século XIX em Pelotas, se dava através da utilização de restos animais, como ossos, provenientes das charqueadas, um refugio na época muito abundante, estes então, também passavam por um processo de calcinação. Segundo Rojas (1994), a utilização de materiais adjacentes em âmbitos regionais para produção de Cal, era algo extremamente comum antes da metade do século XIX, o que talvez torne a utilização de restos orgânicos animais uma realidade plausível dentro dos diversos mercados associados a produção do charque.

De acordo com Peixoto e Cerqueira (2006), uma quantidade acima da média de restos animais calcinados foi encontrada no local da escavação do casarão 02. A narrativa do diário de campo (2003), também exhibe que esses restos animais começaram a ser

exumados entre os 50cm e 60cm de profundidade, juntamente com uma grande quantidade de material construtivo, e evidenciando também a base do forno.

Há de se considerar então, duas hipóteses, a primeira na qual o forno faria parte do complexo da casa durante o momento de urbanização da área da cidade (a partir de 1830). E, a segunda premissa, a qual pondera que o forno teria sido uma construção anterior ao período referente a urbanização local.

Ao levarmos em consideração o primeiro cenário, com o forno fazendo parte da casa, temos então uma área que não estaria servindo somente em âmbito residencial, mas também de produção. Podemos assim imaginar que as atividades envolvendo a manufatura de Cal, com a utilização de ossos animais, somadas ao porte do forno encontrado no pátio, fariam daquele espaço um ambiente de grande movimentação,

Seria necessário transportar o refugo orgânico das charqueadas até o local, neste caso, se pensarmos na arquitetura atual da casa, por apresentar um pátio interno fechado, o acesso ao forno, deveria ser tida pelos coches ou, pela própria casa. Também seria essencial reservar um espaço para estocar, mesmo que por pouco tempo, essa matéria-prima, que muitas vezes poderia não estar livre de restos de carne em putrefação. As atividades de queima, e pulverização destes materiais gerariam também grandes quantidades de fumaça, e poeira, as quais seriam constantes companheiras dos habitantes da casa, podendo certamente vir a afetar a saúde daqueles que ali por ventura vivessem. Todos esses fatores parecem dar razão a segunda hipótese, de que o forno seria anterior a construção do casarão.

Essa segunda hipótese é ainda sustentada pela estratigrafia local, como observado na figura 06, o desenho do perfil da quadricula 8.12, feito pelo coordenador da escavação da casa 02, Cláudio Carle. Neste, as camadas que variam entre 40cm aos 50cm,

apresentam um aterro, e logo abaixo deste, fragmentos de tijolos e telhas, a mesma altura na qual a base do forno fora evidenciada.

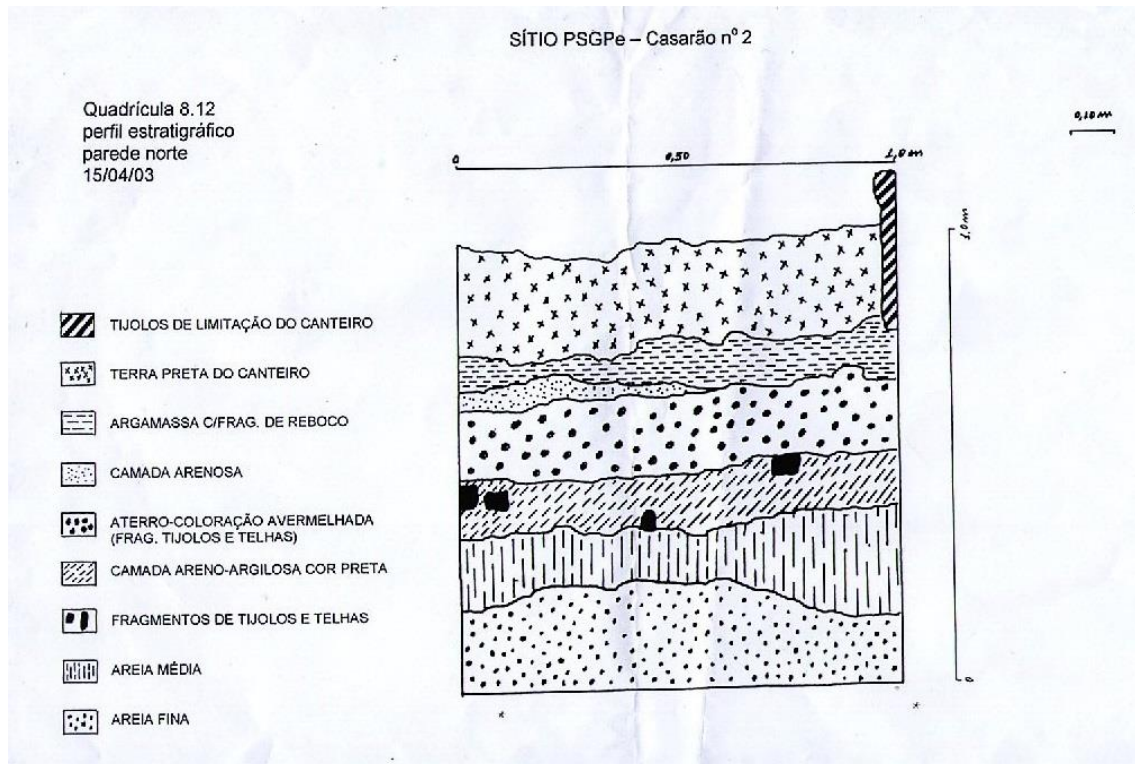


Fig. 06, desenho do perfil estratigráfico da quadrícula 8.12, face norte, do sítio PSGPe – Casarão 02; Autoria: Cláudio Carle. 2003.

Dessa maneira é possível presumir que o terreno tenha sido aterrado, e o forno destruído, justamente a fim de promover a construção da casa.

O padrão de dispersão vertical das peças, expresso pelo gráfico 01, mostra que uma parcela do material escavado fora encontrada na mesma altura do aterro de coloração avermelhada (nível 4), descrito pela figura 06.

Nesse caso podemos inferir que talvez o aterro apresente algumas irregularidades, não estando completamente nivelado, ou que este tenha algumas partes acidentadas em locais específicos devido a algum tipo manejo de solo.

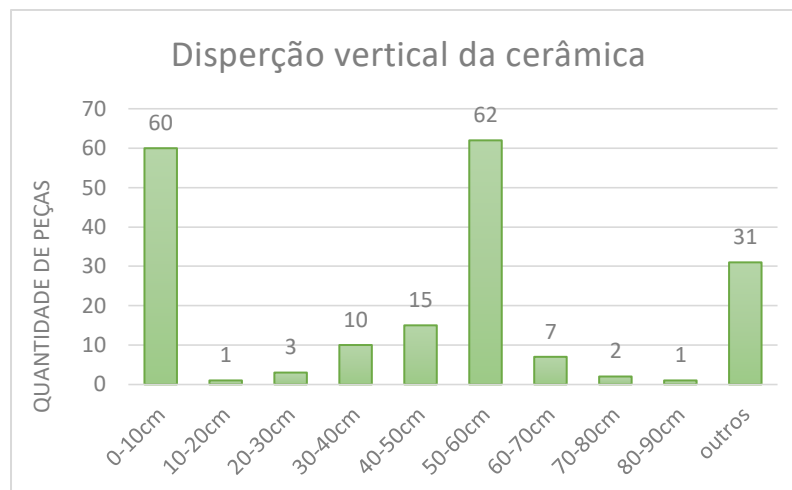


Gráfico 01 – dispersão vertical e quantificação de peças cerâmicas por níveis de 10 cm. Outros: Cerâmicas coletadas sem informação de nível. Autoria: Julia Dias

As 15 peças encontradas no nível 4, estão divididas em 5 quadrículas distintas, contudo a grande maioria destas está concentrada em uma quadra específica como mostra a tabela abaixo.

Quadras	Nº de peças no nível 4
3.15	10
12.2	1
12.7	2
4.11	1
8.12	1

Tabela 01 – mostra a incidência de peças no nível 4 em quadras específicas. Autoria: Julia Dias

A quadra 3.15, como mostra a figura 03 e 04, está localizada em uma área de canteiro do jardim, lado noroeste do pátio da casa 02, local que pode ter sofrido tanto com o manejo de solo, quanto as peças podem ter sido levadas ao nível 4 por efeitos pós-deposicionais, pela a ação de raízes, por exemplo, já que, a maioria dos materiais fora encontrado na área de jardim.

A quadra 3.15 é também aquela que apresenta maior incidência de materiais em relação a outras sondagens abertas no sítio.

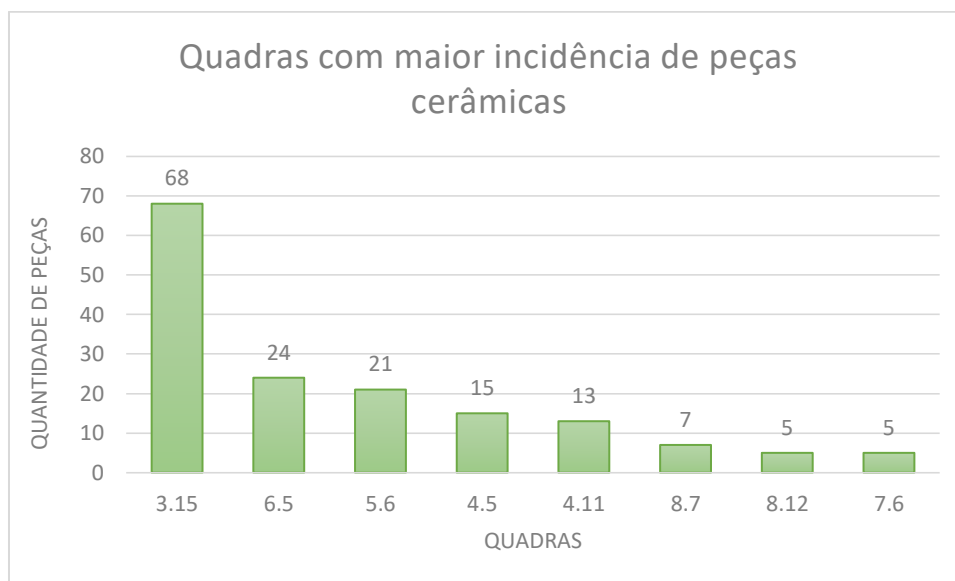


Gráfico 02 - apresenta as quadras com maior incidência de materiais, quadras que apresentam menos de 5 peças foram excluídas do gráfico. Autoria: Julia Dias

A dispersão estratigráfica das peças (gráfico 01), assim como o desenho estratigráfico local (fig.06), cruzados com informações bibliográficas (Bastos, 2013; Gutierrez, 2001) demonstram que houveram no mínimo três momentos diferentes na ocupação do terreno da casa 02. Um momento anterior ao aterro, provavelmente estando conectado com a produção de Cal, um momento posterior, o qual possivelmente está ligado a construção e ocupação do local como moradia após 1830, e um terceiro momento de reforma da casa após a segunda metade do século XIX, provavelmente por volta de 1880.

A região noroeste do pátio é aquela que apresenta maior incidência de materiais, é também onde se localiza a área de jardim da casa 02. Assim para melhor entender o contexto aqui apresentado, precisamos também entender as características das peças encontradas na escavação do local.

Características gerais das cerâmicas

A coleção de cerâmicas do casarão 02 apresenta a quantidade total de 2341 fragmentos, destes foram excluídos da pesquisa fragmentos menores que 5cm que não apresentavam partes indicativas, ou fragmentos sem possibilidade de remonte. Sendo assim, as cerâmicas estudadas para o presente trabalho correspondem somente a 1036 fragmentos do total da coleção, estes foram remontados e agrupados por características similares, assim, foi obtido um número mínimo de 192 vasilhas. Este número foi estabelecido através da remontagem direta dos fragmentos, e da análise de particularidades de pasta, tratamento de superfície, tipo de queima e elementos decorativos.

Todas as vasilhas estudadas (192) são de produção torneada, sendo que 98% das peças apresentam queima reduzida (Fig.06), estas, também apresentam misturas de pasta heterogêneas.

A queima reduzida apresentada pelas peças cerâmicas pode ser resultante de diversas situações durante a produção, por exemplo, ao sofrer o processo de queima sem o uso de fornos fechados, ou ainda, ao ter ficado menos tempo expostas ao calor, até mesmo sua posição em relação ao fogo é um fator determinante no tipo de queima resultante. Apenas 2% das peças apresentam queima oxidada (fig.07). A queima oxidada completa, normalmente é resultante do uso de fornos fechados, ou, também da exposição ao calor por mais tempo, e/ou posicionamento mais próximo ao fogo.



Fig. 07; peça apresentando queima Reduzida. Foto: Julia Dias

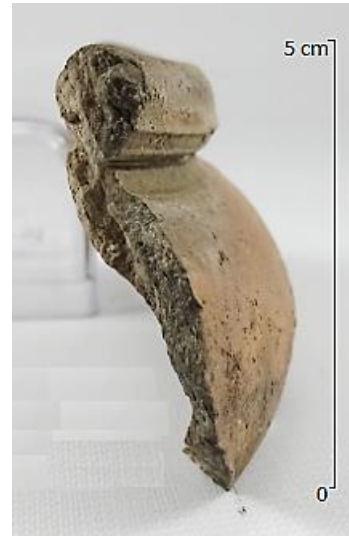


Fig. 08; peça apresentando queima oxidada. Foto: Julia Dias

As cores de pasta variam entre o bege (fig.9, esquerda), cinza (fig.08), marrom, laranja (fig.07/fig.09), amarelo. A variação de cores de pasta pode assinalar diferentes critérios de produção, como queima, tipo de forno, o tempo de queima, ou escolha de pasta, ou pode assinalar também ocorrências pós-depositivas como demonstrado a seguir pela figura 08.

A figura 08 apresenta uma peça com mais de uma cor de pasta, esta, também exibe respingos pós-depositivos de esmalte.



Fig. 09, Peça (vaso), apresentando mais de uma cor de pasta, Bege (lado esquerdo), laranja (lado direito). Manchas de esmalte pós-deposicionais também são notadas ao lado esquerdo. A peça também apresenta alisamento grosseiro na parte externa, com a presença de sobras do processo de torneamento não alisadas. Foto: Julia Dias.

Além desta, outras 8 peças também apresentam características similares, ao isolarmos as informações sobre os fragmentos de cada peça, vemos que os componentes que apresentam queima pós-deposicional (como os fragmentos ao lado direito na peça da figura 8) foram encontrados em duas quadrículas específicas da área noroeste do sítio.

As quadras 4.11 e 3.15, correspondem a uma área de jardim, e peças com características similares a figura 8 foram encontradas somente em níveis que variam entre os 30cm aos 40cm de profundidade nestas quadrículas.

Quanto ao tratamento de superfície externa, em sua maioria as peças apresentam alisamento fino (fig. 09) ou médio (fig. 10), sendo as peças de maior diâmetro (acima dos 30 cm) são aquelas que normalmente apresentam um alisamento grosseiro como expõe a tabela 02.

Acabamento externo	Quantidade de peças	Diâmetro das peças
Alisado Fino	31	8-26cm
Alisado Médio	137	10-40cm
Alisado Grosseiro	17	30-58 cm
Engobado	6	20-24cm
Esmaltado	1	18cm

Tabela 02; tipo de acabamento e quantificação das peças em relação à variabilidade dos diâmetros das peças. Autoria: Julia Dias



Fig.10; Peça (panela) apresentando alisamento fino como tratamento de superfície externa. Foto: Julia Dias



Fig.11; Peça (quartinha) apresentando alisamento médio, detalhe para as marcas de torno ainda salientes. Foto: Julia Dias

Quanto ao acabamento interno, as cerâmicas que apresentam esmalte interno são aquelas que somam maior número de peças dentro da amostra, como é exibido através da tabela 03. Sendo que, a face interna das peças, principalmente aquelas com formas ligadas a atividades de manutenção como panelas, jarras, canecas, entre outros, possuem alisamento fino, ou acabamento esmaltado ou engobado.

As colorações de esmalte presentes nas peças apresentam as nuances de verde, caramelo, este último variando entre tons mais escuros beirando o avermelhado, e o amarelo. O engobo encontrado nas peças varia entre o rosa claro, o vermelho escuro e o branco.

Acabamento Interno	Nº de peças	Diâmetros
Esmaltado	85	8-40cm
Engobado	38	8-58cm
Alisado Fino	21	22-56cm
Alisado Médio	26	12-35cm
Alisado Grosseiro	22	10-26cm

Tabela 03; acabamento de superfície interna e quantificação de peças em relação aos diâmetros. Autoria: Julia Dias

As formas das peças encontradas na coleção pertencente à casa 02, variam entre jarras, panelas, quartinhas, fôrmas, pires, tigelas, bacias, xícaras e vasos. Um total de 51 peças não apresentam componentes identificativos como fundo, borda ou alças, contudo, o tamanho dos fragmentos superiores a 5cm, levaram a possibilidade da identificação de 48 destas, através da comparação de similaridades do bojo, como espessura, pasta, tratamento de superfície interno e externo e diâmetro aproximado, com outras peças já analisadas que apresentavam partes indicativas características. O gráfico 01, mostra a quantificação das peças em relação as formas encontradas no casarão 02.

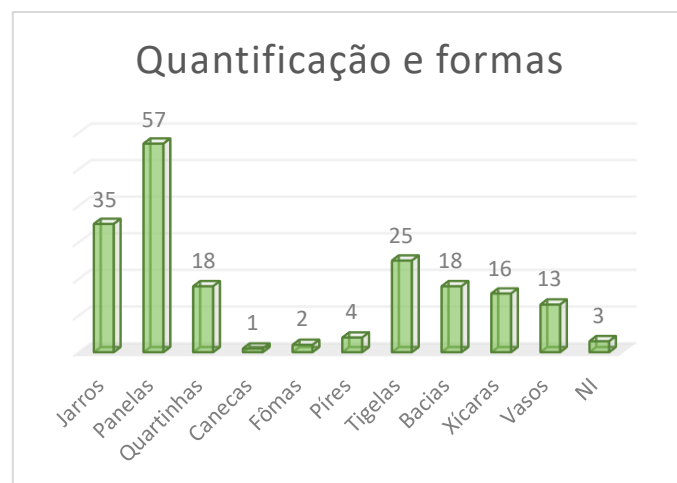


Gráfico 03, quantificação de peças em relação as formas cerâmicas encontradas no casarão 02. NI: formas não identificadas. Autoria: Julia Dias

Projeções de borda e forma das peças, foram feitas através do auxílio de reproduções em papel milimetrado. Logo após foram digitalizadas e vetorizadas, tendo sido utilizado o programa de edição de imagens Photoscape 3.7. Desenhos à mão livre de fragmentos remontados foram também digitalizados com a utilização do mesmo programa. Na obtenção de diâmetros das peças fora utilizado um ábaco, em linhas que variavam entre 1 a 58 cm de diâmetro. A espessura média das peças foi obtida através do auxílio de paquímetros.

Projeções de borda: Panelas

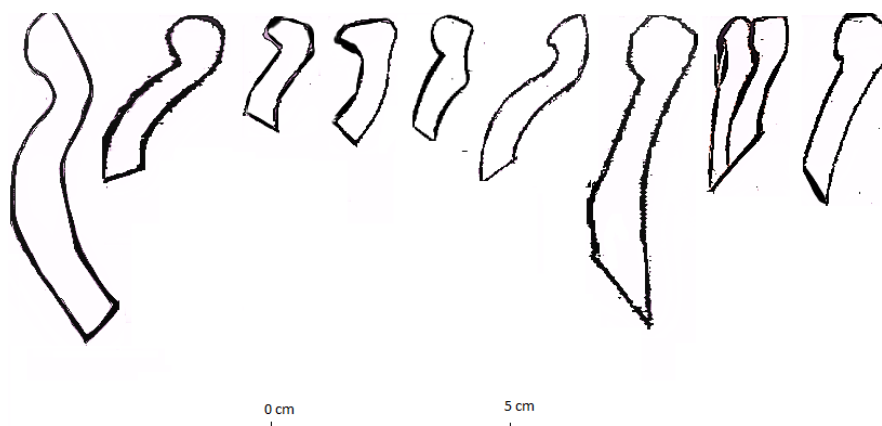


Fig. 12. Projeções de borda de bordas de peças identificadas como panelas de cerâmica referentes ao casarão 02. A autoria: Julia Dias

Alguns exemplos de fragmentos remontados de panelas encontradas no casarão 02:



Fig. 13. Desenho à mão livre, fragmentos remontados de panela provenientes da casa 02. Desenho meramente ilustrativo. A autoria: Julia Dias

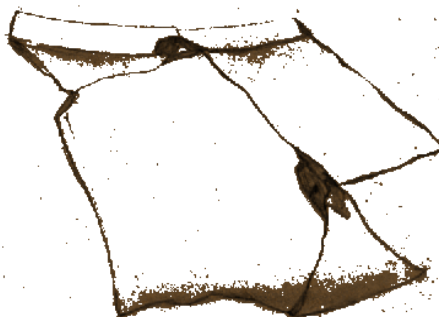


Fig. 14. Desenho à mão livre, fragmentos remontados de panela provenientes da casa 02. Desenho meramente ilustrativo A autoria: Julia Dias



Fig. 15. Desenho à mão livre, fragmentos remontados de panela provenientes da casa 02. Resquícios de fuligem ao fundo. Desenho meramente ilustrativo. A autoria: Julia Dias



Fig. 16. Desenho à mão livre, fragmento de panela proveniente o da casa 02. Resquícios de fuligem. Desenho meramente ilustrativo. A autoria: Julia Dias

Projeções de borda: Bacias

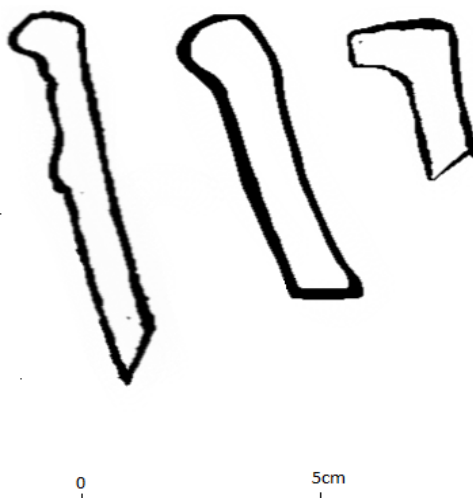
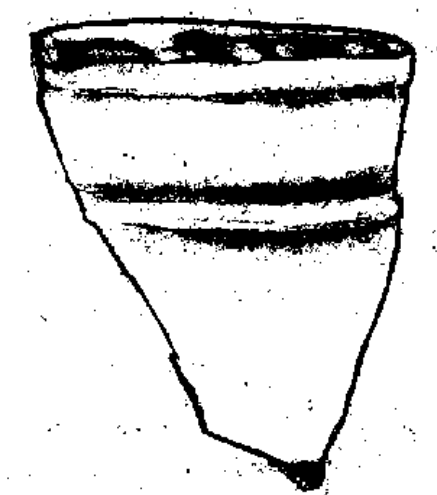


Fig. 17. Projeções de borda de peças identificadas como bacias de cerâmica referentes ao casarão 02. Autoria: Julia Dias

Exemplo de Fragmento de bacia encontrado no casarão 02:



*Fig.18.Fragmento de bacia, desenho feito à mão livre. Desenho meramente ilustrativo
Autoria: Julia*

Projeção de forma: Jarras

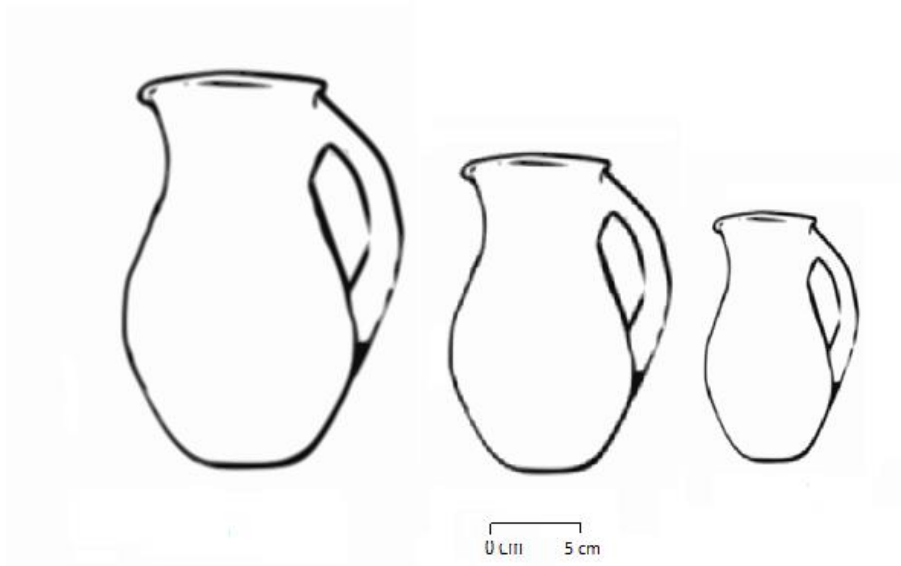


Fig. 19. Projeção de forma de jarras encontrados no casarão 02. Autoria: Julia Dias

Projeção de borda e fundo: Tigela

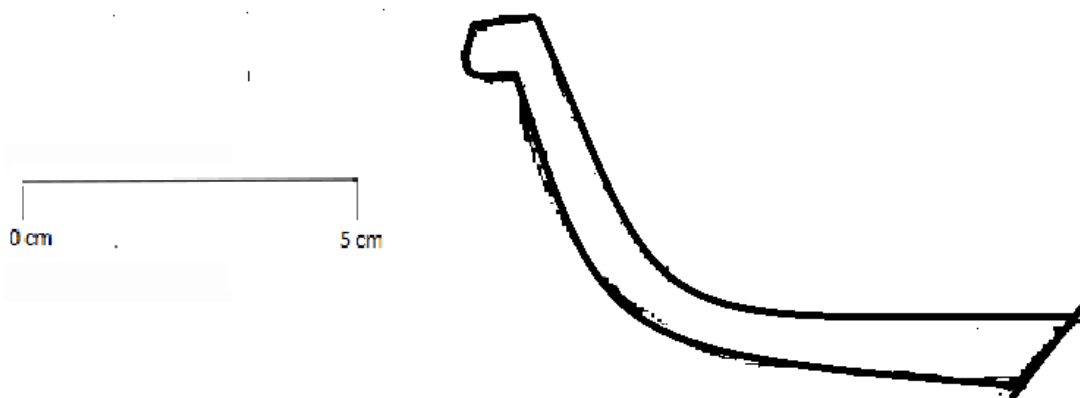


Fig.20. Projeção de borda de tigelas encontradas no casarão 02. Autoria: Julia Dias

Projeção de forma: Xícara

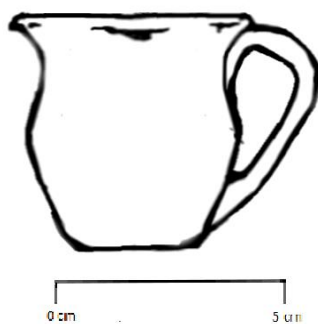


Fig.21. Projeção de forma de xícaras encontradas no casarão 02. Autoria: Julia Dias

Projeção de forma: Quartinhas

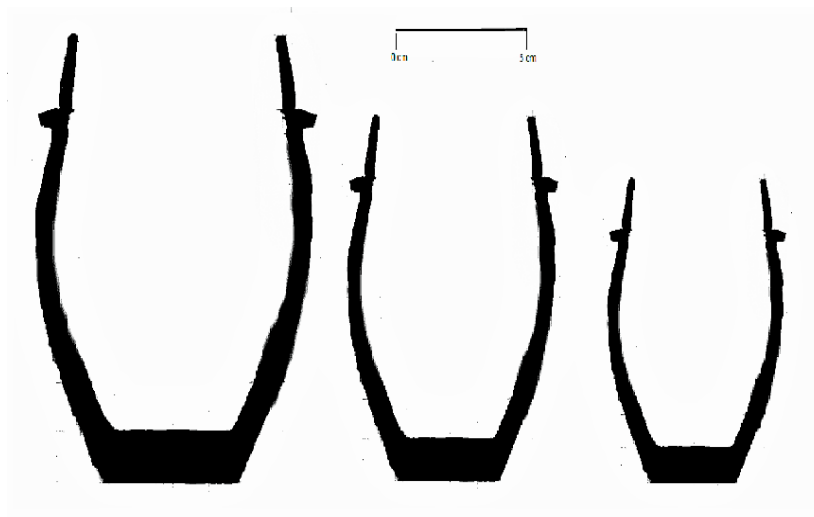


Fig.22. Projeções de forma de quartinhas encontradas no casarão 02. Autoria: Julia Dias

Projeção de forma: caneca

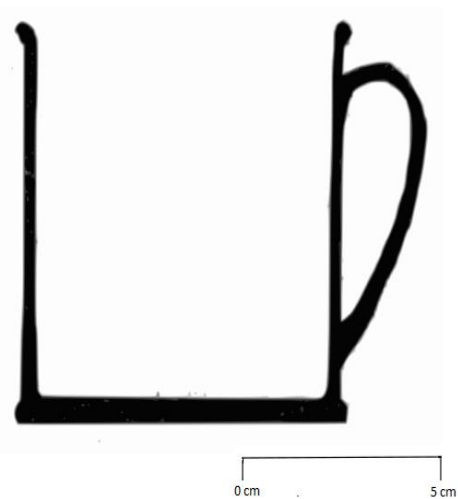


Fig.23. Projeção de forma de caneca encontrada no casarão 02. Autoria: Julia Dias



Fig.24 Caneca encontrada no casarão 02. peça n° 18.128.6590 Foto: Julia Dias

Projeção de borda e fundo: Fôrma

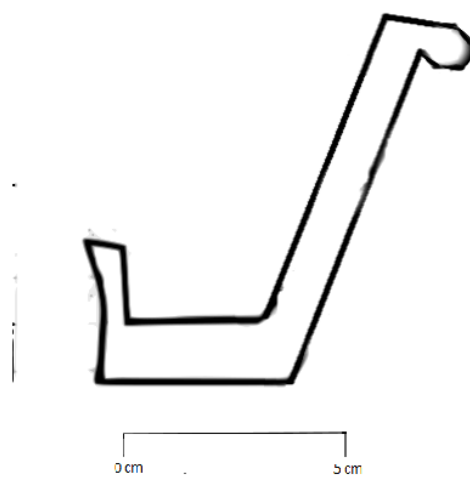


Fig.25. Projeção de borda de fôrmas encontradas no casarão 02. Autoria: Julia Dias



Fig.26. Fôrma encontrada no casarão 02, peça Nº 18.151.6121. Foto: Julia Dias

A maioria das formas apresentadas na coleção do casarão 02, são bastante recorrentes dentro da estratigrafia local, e nos induzem a pensar que apresentam diferentes funções em dois grandes grupos, o primeiro ligado principalmente a preparação, acondicionamento e consumo de alimentos, (caneca, xícaras, formas, jarras, panelas, tigelas, pires e bacias), e o segundo podendo apresentar outras atribuições, inclusive religiosas, como quartinhas, vasos (Maciel,2017). As diferenças entre as cerâmicas encontradas no local, parece estar mais associada ao tipo de ocupação. Se levarmos em consideração por exemplo, diâmetros acima de 25cm, e sua distribuição na estratigrafia local, podemos notar que peças de maiores diâmetros ocorrem com mais frequência em níveis abaixo dos 50cm.

Níveis	Nº de peças acima de 25 cm de diâmetro
0-50cm	17
50-90cm	31

Tabela 04 - quantificação de peças maiores de 25 cm em relação a distribuição de níveis estratigráficos nas quais foram encontradas. Autor: Julia Dias

Como já discutido, a casa 02, pode nem sempre ter sido um local de moradia, estas peças de maior diâmetro podem estar associadas a esta premissa, caso o local tenha sido anteriormente utilizado como ponto de comércio/produção de Cal em um período anterior à 1830, estas cerâmicas de maior diâmetro poderiam então estar ligadas ao processo de estoque do próprio material produzido, ou/e também manutenção de um grupo maior de trabalhadores. Contudo cerâmicas com evidências de acúmulo de Cal, anteriores a deposição estratigráfica, também são encontradas em níveis superiores da estratigrafia local, estas, inclusive apresentando maiores quantidades de material em

relação à níveis inferiores, como mostra a tabela 05. Nestes casos, estas cerâmicas podem também vir a estar associadas aos processos de construção e reforma da casa 02.

Nº de peças com acúmulo de Cal	Níveis
36	0-30cm
11	30-50cm
13	50-70cm
7	70-90cm

Tabela 05 – quantificação de peças com acúmulo de Cal pré-deposicional em relação ao nível. Autor: Julia Dias

Há também de se considerar as formas cerâmicas encontradas com estes resquícios, das quais se destacam as jarras.

Um total de 21 jarras com vestígios de Cal foram encontradas de níveis superficiais, até 30cm de profundidade, acima do aterro, não estando assim na mesma altura do forno, desse modo não é possível associá-las a um contexto de comércio, a não ser que tenha existido inversão estratigráfica, o que é pouco provável, já que o aterro se encontra intacto, com exceção de pequenos desníveis e poucas movimentações pós-deposicionais, como já fora demonstrado aqui anteriormente.

Uma hipótese: vestígios da violência colonial

Com diâmetros de borda que variam entre 16, 14 e 10 cm, as jarras da coleção da casa 02 apresentam 3 tamanhos diferentes, e formas iguais, compondo um conjunto de peças de interior vidrado, lábios extrovertidos, fundo plano e bojo complexo alto.

Estas peças apresentam formas e tamanhos pouco usuais para os resquícios nelas encontrados, quantidades substanciais de Cal (fig.28). A forma das mesmas nos induz a

pensar em um uso relacionado ao acondicionamento de bebidas, e, algumas (6 peças), apresentam vestígios condizentes com sua função primaria, sem resquícios de Cal, exibindo esmalte craquelado e marcas d'água (fig.27), contudo, a Cal se faz presente em 21 das 35 jarras exumadas do casarão 02.



fig.27 fundo de jarra, peça Nº 18.128.4512
foto: Julia Dias

*detalhe para estrias de uso e craquelê



fig.28, fundo de jarra
peça Nº 18.137.6028
Foto: Julia Dias



* Imagem
meramente
ilustrativa.
autoria: Julia Dias

*detalhe para montagem pré-
deposicional de Cal



Tendo sido encontradas em níveis estratigráficos superficiais, as 21 jarras com restos de Cal, parecem ter sido propositalmente utilizadas para o acondicionamento do material, como mostra a figura 26. Contudo o pequeno diâmetro das peças, o tamanho, a forma, a superfície interna vidrada, são questões que parecem inadequadas a tarefa de suporte de material construtivo. Ao compará-las com as outras 6 peças de igual forma, que apresentam vestígios de utilização no âmbito da alimentação, é possível perceber que não existem diferenças condizentes que justifiquem tal uso.

Sendo assim, as jarras cheias de Cal levantam considerações, e abrem a possibilidade de quebrar o atual discurso dissimulado à cerca da história e do pensamento colonial pelotense.

É muito provável que estas peças tenham sido utilizadas durante a reforma da casa 02, na década de 1880. Mesmo não podendo afirmar com total certeza que tal fato ocorrera, ao considerarmos esta hipótese, temos um contexto em que, as mesmas cerâmicas utilizadas na alimentação e acondicionamento de bebida de grupos escravizados, também estava sendo utilizada na reforma do casarão.

A violência simbólica (Bourdieu, 2002) expressa neste ato, em nenhum momento disfarça a perversidade de contextos coloniais, os quais se estruturam e se perpetuam através de reproduções de desigualdades.

A cerâmica, por ser uma personagem central na manutenção, propagação e estabelecimento de laços solidários entre grupos escravizados, apresenta um caráter simbólico feminino inegavelmente conectado a atividades de mulheres negras. Desse modo, as jarras cerâmicas no contexto do casarão 02, apresentam-se denegridas e masculinizadas, em face de sua utilização secundária como ferramenta de reforma, corrompida pela dominação do grupo elitizado a modo de reafirmar a posição do primeiro em relação ao outro. Não que mulheres negras não tenham trabalhado durante a reforma

juntamente com homens negros, elas muito provavelmente o fizeram, é possível que a masculinização simbólica das jarras, de certo modo represente a visão erotizada do homem branco colonial, o qual sedento por um poder fetichista (inconsciente ou conscientemente, já que suas concepções foram naturalizadas) tenta desestruturar modos de resistência e existência de grupos subalternizados.

Esse pensamento colonial de naturalização da dominação masculina, assim como das oposições masculino x feminino, talvez possa ser traduzido pelas palavras de Bourdieu (2002)

“Se a relação sexual se mostra como uma relação social de dominação, é porque ela está construída através do princípio de divisão fundamental entre o masculino ativo e o feminino passivo, e porque este princípio cria, organiza, expressa e dirige o desejo. O desejo masculino como desejo de posse, dominação erotizada, e o desejo feminino como o desejo da dominação masculina, como subordinação erotizada, ou mesmo em última instância como reconhecimento erotizado da dominação” (p. 27).

As palavras de Bourdieu (2002) expressam o desejo masculino, assim como a ambição masculina de que o desejo feminino seja a dominação do primeiro, é deste modo que o discurso histórico é construído, através de ideias aristocráticas estritamente concebidas por um grupo de gênero, raça e classe definidos, os sujeitos universais descritos por Haraway (2005) e protagonistas de quase toda narrativa sobre o passado: os homens brancos.

Nesse sentido o contexto apresentado pela casa 02, talvez possa ser análogo aqueles descritos, por exemplo, por Davis (2004) hooks (1990), Lorde (1983) e também Carneiro (2011), nos quais mulheres negras transpassadas por diversos eixos de opressão, acabam por existir e resistir dentro de um não-lugar histórico-social, já que estas eram,

ao mesmo tempo que não eram, concebidas como mulheres dentro da ontologia imperialista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitos arqueólogos talvez diriam que feminismo é uma palavra muito forte para ser utilizada em um trabalho. Ter seu trabalho associado à uma perspectiva política, uma luta social, não é, na maioria das vezes, como já discutido aqui no decorrer do primeiro capítulo, algo muito aceito no campo científico. Mas afinal, porquê o feminismo assusta tanto?

Feminismo, na verdade, não qualquer feminismo, o feminismo negro, trouxe a crítica sobre a diversidade, e assim como Lorde (1983) fala, a diferença é poder. Poder em face daquilo que se diz normal, tradicional, fundamentado, poder contra a naturalização do discurso social. E isso assusta, pois quebra com as mais profundas perspectivas dentro de nossa consciência e inconsciência, já que crescemos dentro da padronização do ser o que o social espera que sejamos, já que também passamos esperando que outros sejam aquilo que queremos, assim a todo momento tentamos nos adaptar a um ideal de ser humano incapaz de ser alcançado.

O feminismo negro é revolução, mas antes de qualquer coisa, é justiça. A crítica feminista promulgada por mulheres negras, deu um tom ao movimento capaz de analisar as mais diversas formas que essas redes de desejos opressores, estes fetiches sociais imperialistas do ser, cruzam os corpos de todas as mulheres as sexualizando, marginalizando, reprimindo, padronizando, assim como as esquecendo entre outros muitos efeitos que se interseccionam. Contudo nem todas sofrem os com mesmos eixos, e por isso as particularidades de cada uma, cada contexto, cada diferença, é capaz de elucidar diferentes formas de violência sofridas por diferentes mulheres.

Através destas concepções, contextos primordialmente associados à elite pelotense foram levados em consideração, como a Praça Coronel Pedro Osório e o casarão 02, assim foi possível traçar uma linha narrativa que desafia os discursos tradicionais universais a respeito destes espaços destituindo a universalidade da presença branca, assim como a concepção genérica a respeito das mulheres daquele século.

A pesquisa em jornais pelotenses da época, mostram claramente as diferentes abordagens quando a fala é sobre mulheres brancas ou negras. Os anseios imperialistas/patriarcalistas por nestes jornais expressos, são símbolos dos diferentes modos e expectativas relativas ao ser mulher no século XIX.

Como já discutido no segundo capítulo, meninas negras desde cedo aprenderam a resistir e existir em face das violências físicas, psicológicas e simbólicas vindas de todas as fontes das quais estavam cercadas, assim desenvolveram redes de proteção e solidariedade dentro de grupos escravizados, capazes de perpetuar laços de familiaridade, mesmo outros compartilhando do mesmo sangue ou não, através principalmente de atividades domésticas de manutenção grupal (Lozano,2011).

É neste sentido que a pesquisa relativa as cerâmicas históricas da casa 02, se debruçou. Ao associar a utilização destes materiais a sujeitas específicas, como as mulheres negras, a discussão relativa a suas experiências se tornou possível. Vestígios associados a utilização, principalmente aqueles encontrados nas jarras exumadas da casa, tornaram possível desvendar um contexto opressivo de violência simbólica sofridos por estas personagens muito provavelmente nas últimas décadas do século XIX.

Referências:

AL-ALAM, Caiuá; **A NEGRA FORÇA DA PRINCESA: Polícia, Pena de morte e correção em Pelotas (1830-1857)**. UNISINOS, UAPPG; São Leopoldo; Abril de 2007.

AGOSTINI, Camila. **Panelas e panelleiras de São Sebastião: um núcleo produtor e a dinâmica social e simbólica de sua produção nos séculos XIX e XX**. Vestígios. Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica, v. 4, p. 127-144, 2010.

BASTOS, Michele S. **Arquitetura ausente: o centro histórico de Pelotas, RS (1835-2011)**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2013.

BEAUDRY, Mary. C.; COOK, Lauren. J.; MROZOWSKI, Stephen. A. **Artefatos e vozes ativas: cultura material como discurso social**; VESTÍGIOS – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica Volume 1 | Número 2 | Julho – Dezembro 2007 ISSN 1981-5875.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução: Maria Helena Kuhner, 2ªedição, Rio de Janeiro, Bertrant, Brasil, 2002.

BUTLER, Judith; **Bodies that matter: on the discursive limits of sex**; Ed.:Routledge New York & London, 1993.

CARASTATHIS;Anna. **The Concept of Intersectionality in Feminist Theory**; Philosophy Compass 9/5 304 – 314, 10.1111/phc3.12129 California State University, LA.2014.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o Feminismo: A Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero**. Debate. Geledés Instituto da Mulher Negra, 06/03/2011.

CASALINHO, Paula M. A. **Análise comparativa de pinturas para intervenções no patrimônio edificado em Pelotas no final do século XIX**. Orientação Rosilena Martins Peres; Pelotas, 2013.

DAVIS, Angela. **Mujeres, raza y clase**; El legado de la esclavitud: modelos para una nueva feminidad. (P. 11-39)Madrid: Ed. Akal, 2004.

EAGLETON, Terry. **After Theory**. Basic Books; London. P.122; 2003

ENGELSTAD, Ericka; **Much more than gender**; Journal of Archaeological Method and Theory Vol. 14, No. 3, 2007

FRANKLIN;Maria. **A Black feminist-inspired archaeology?** Journal of Social Archaeology, SAGE Publications (London,Thousand Oaks,CA and New Delhi) Vol 1(1): 108–125 [1469-6053(200106)1:1;108–125;017625]; 2001

GONZALEZ, Lélia. **“Racismo e sexismo na cultura brasileira”**. Ciências Sociais Hoje, Brasília, ANPOCS n. 2, p. 223-244, 1983

GONÇALVES, Ana Maria. **Na polêmica sobre turbantes, é a branquitude que não quer assumir seu racismo.** Disponível em: <https://theintercept.com/2017/02/15/na-polemica-sobre-turbantes-e-a-branquitude-que-nao-quer-assumir-seu-racismo/> ; último acesso: 13/04/2017

GUTIERREZ, Ester J. B. **Negros, charqueadas e olarias: um estudo sobre o espaço pelotense.** Pelotas: Ed. Universitária/UFPEL, 2001.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio A. **Classes, raças e democracia** – são Paulo: Fundação de apoio à Universidade de São Paulo, ed. 34. ISBN- 85-7326-232-X; 2002.

HARAWAY, Donna; **A questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial;** cadernos pagu 5, campias sp; 1995.

HOOKS, bell; **"Mujeres Negras: Dar forma a la teoría feminista", en Otras inapropiables,** Editorial Traficantes de Sueños, Madrid. ISBN: 84-932982-5-5; 2004

HOOKS, bell. **Ain't I a woman? Black women and feminism.** London: Pluto Press, 1990 [1982].

HOFBAUER, Andreas. **O racismo no Brasil e o branqueamento da sociedade**; Blog Antonio Ateu via Conexão Professor, 2010 entrevista: <https://goo.gl/Mv99aX>; último acesso em 05/06/2017.

LORDE, Audre.. **“The Master’s Tools Will Never Dismantle the Master’s House.”**. Sister Outsider: Essays and Speeches. Ed. Berkeley, CA: Crossing Press; 1983

LOZANO, Sandra. **Interseccionalidad-libre**; II Jornadas de Jóvenes en Investigación Arqueológica; Libros Pórtico, JIA 09; tomo II; coord OrJIA; Madrid 6,7 y 8 de Mayo de 2009.

LOZANO, Sandra. **Gender thinking in the making: Feminist Epistemology and Gender Archaeology**; Norwegian Archaeological Review 44(1):21-39 · June 2011.

MACIEL, Letícia Nörnberg. **"Tem lamentos desses negros que foram enforcados aqui": Estudo arqueológico da Praça Cipriano Barcelos (Pelotas, RS)**. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Programa de Pós-graduação em Antropologia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2017

MCCIINTOCK, Anne; **Couro Imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial**, Campinas: Editora da UNICAMP. 2010.

MONQUELAT, Adão F. **As Praças de Pelotas e suas Histórias Século XIX**. Ed. Mundial; 2015.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. **Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política**. Psicol. estud. vol.11 no.3 Maringá Sept./Dec. 2006

Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pe/v11n3/v11n3a20.pdf>

PESSI, Bruno; **Entre o fim do tráfico e a abolição: A manutenção da escravidão em Pelotas, RS, na segunda metade do século XIX**; USP; 2012.

PEIXOTO, Luciana; CERQUEIRA, Fábio; **Salvamento Arqueológico do centro histórico de Pelotas Rs/ Brasil**; Anais do V encontro do Núcleo Regional Sul da Sociedade de Arqueologia Brasileira – SAB/Sul; 2006

RIBEIRO, Loredana. **Da praça à cozinha, passando pela sala de jantar: gênero, raça e classe na Pelotas do século XIX- e depois**. No prelo , Vestígios - revista latinoamericana de arqueologia histórica; 2017.

ROJAS, Ignacio G. **Artes de la cal. Ministério de Cultura**. Instituto de Conservación y Restauración de Bienes Culturales. Instituto Español de Arquitectura. Universidad de Alcalá de Henares, Madrid. 382p; 1994.

SANTIAGO, Cybèle C. **Argamassas tradicionais de cal**. Salvador: EDUFBA. 202 p. ISBN 978-85-232-0471-6. 2007.

SAILLANT, Francine; **O Navio Negroiro. Refiguração identitária e escravidão no Brasil**; Tradução: Vitor Acelrad; in: Dôssie Patrimônio e memória da escravidão atlântica: história e política; Revista Tempo, número 29; 2010.

SCHWARCZ, Lília.M; **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**; . ISBN: 978-85-7164-329-1. São Paulo, Ed. companhia das letras, 1993

SCOTT, Joan. **O enigma da igualdade**; Revista de Estudos Feministas, v.13,n.1 Florianópolis/SC,2005.

SYMANSKI, Luís. **Práticas econômicas e Sociais no Sertão Cearense no Século XIX: Um olhar sobre a cultura material dos grupos domésticos sertanejos**. *Revista de Arqueologia da Sociedade de Arqueologia Brasileira*, vol. 21, n.2:73-96, São Paulo.2008.

TOMÁSKOVA; Silvia. **Mapping a Future: Archaeology, Feminism, and Scientific Practice**; *Journal of Archaeological Method and Theory* Vol. 14, No. 3;pp. 264-284 (September, 2007),

VERGARA, Fábio; ROSA, Estefânia. J. **Relatório das atividades de campo do projeto de salvamento arqueológico do centro histórico de pelotas – RS/Brasil** (período 2006-2007). *Cadernos do Lepaarque*, Pelotas:UFPeL, 5(9/10):206-239, 2008.

VAZ, Cláudia. **Reflexões sobre a memória e a influência africana durante a *Belle Époque* brasileira.** In: psicologia e saber social. 3-1; 96-111; 2014.

REIS, Isabel Cristina Ferreira. **A família negra no tempo da escravidão: Bahia 1850-1888.** Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas; SP; 2007.

VILA, Ivonete Costa; CRUZ, Paulo Divino Ribeiro da; **Mulheres negras no século XIX: entre a submissão e a rebeldia.** Revista África e Africanidades - Ano 3 - n. 9, maio, 2010

VIEIRA, Isabela. **IBGE: negros são 17% dos mais ricos e três quartos da população mais pobre.** Via Rede EBC, Agência Brasil; publicação: 02/12/2016, Rio de Janeiro; Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-12/ibge-negros-sao-17-dos-mais-ricos-e-tres-quartos-da-populacao-mais-pobre> último acesso: 05/06/2016

WYLIE, Alison; **Doing Archaeology as a Feminist;** Journal of Archaeological Method and Theory Vol. 14, No. 3, pp 209–216 (2007)

ZANETTINI, Paulo; WICHERS, Camila; **A cerâmica de produção local/regional em São Paulo colonial**. ORG.: MORALES, Walter; MOI, Flavia; Cenários Regionais em Arqueologia Brasileira.- São Paulo; Editora Annablume; Porto Seguro,BA – Centro de Referência em Patrimônio e pesquisa; 2009.

Fontes Primárias:

Acervo do LEEPARQ-UFPEL; **Diário de campo escavações da Casa 2**; Número de acervo do sítio 18; 2002-2003.

Acervo de Documentos Raros da Biblioteca Pública pelotense:

Correio mercantil, 8 de outubro de 1877

Diário de Pelotas, 21 de janeiro de 1876

Onze de Julho, núm. 710; Pelotas, terça-feira, 17 de janeiro de 1882

Diário de Pelotas, 08 de janeiro de 1886. P. 3.

Jornal Diário de Pelotas nº 340, pelotas 18 de abril de 1878. P. 3.

